

RELATÓRIO
CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
SÃO PAULO
Regional de M'BOI MIRIM

Local: Clube da Turma - Rua Maestro Massaino, s/nº - Jardim Angela

Data: Quinta-feira, 23 de julho de 2015.

Conferência Regional de M'BOI MIRIM

Fernando Haddad

Prefeito

Luciana de Toledo Temer Lulia

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Cristina Margareth de Souza Cordeiro

Secretária Municipal Adjunta da Assistência e Desenvolvimento Social

Mariana Chiesa Gouveia Nascimento

Chefe de Gabinete

Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo

Sociedade Civil – Titulares

Carlos Nambu (coordenação)

Natanael de Jesus Oliveira

Valeria da Silva Reis Ribeiro

Sociedade Civil – Suplentes

Daniel Martins Silva

Vera Aparecida Salgueiro Pereira

SMADS

Ana Maria de Almeida E. Cotic

Carmem Ligia Fontoura Bongiovanni

Conceição Lopes S. Mingato

Maria Izabel Rangel de Souza

Mirella Ferraz

Vânia Baptista Nery

FAS/SP

Regina Nascimento da Silva

Tatiana Penna Madeira

Ricardo de Lima

FEBAS

Elisabete Antolino

Elisabete Clementino Ferreira Lopes

Lucy Leite Balby

Poder Público - Titulares

Cássia Goreti da Silva

Gabriela Biaz Justino da Silva

Walter Antonio Morato

Poder Público Suplentes

Claudia Elizabete da Silva

Secretária Executiva

Daiane Silva Liberi

Susana de Almeida Silva

Comissão de Apoio a Infraestrutura

Cristina Cordeiro (Secretaria Adjunta)

Kátia Cilena Gregorio (ESPASO)

Luis Antonio Glampaulo Sarro (Jurídico)

Pierre Barbosa Venturato (Cerimonial)

Rosana Costa Correa Parra (CGA)

Comissão Regional

Sociedade Civil

Regina Paixão (coordenação)

Celso Ricardo Costa dos Santos Janaina

Aparecida Dias

Luiz Donizete P. Araujo

Adélia Rodrigues

Elisangela Maria da Cruz

Denise S. R. Bezerra

Eunice Fernandes

Rosana Aparecida Santos

Andréia Alves de Jesus

Ingrid Boyek

Flaviane

Conferência Regional de M'BOI MIRIM

Poder Público

Maria José Mota de Borba (coordenação)

Vilma Jose do Nascimento Chaves

Equipe Técnica

Brisa Serena Nascimento Guedes

Claudiomar Queiroz da Cruz

Cristiane Hypolito

Cristiane da Costa Santos

Daniel Guilherme Machado Pinto

Daniela Kawano

David Ohannes Berziganian

Edson Luiz Pereira

Fábio Candido Bezerra

Fernanda Cândido Bezerra

Gabriela Pozzoli Gouvêa

Jefferson de Souza Santana

Jorge Fernando Ribeiro

José Alves da Rocha Filho

Juliana Da Silva Henrique

Marcel de Paula Silva

Marcelo Pinzetta

Maria Luiza Roda e Silva

Milena Klinke

Patrícia Alves de Mendonça

Robson Ferreira da Silva

Sabrina Valverde da Silva Pedrosa

Vinícius de Oliveira Simões

Wilson Pinzetta

Palestrante

Profa. Ivone Pereira da Silva

Conferência Regional de M'BOI MIRIM

Lista de Siglas

BDC – Banco de Dados do Cidadão	CPSB – Coordenadoria de Proteção Social Básica
BPC – Benefício de Prestação Continuada	CPSE – Coordenadoria de Proteção Social Especial
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais	CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CAPE – Central de Atendimento Permanente e Emergências	CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CCA – Centro da Criança e do Adolescente	CRECI – Centro de Referência de Cidadania para Idosos
CECOAS – Centro de Conhecimento em Assistência Social	DEIJ – Departamento de Execuções da Infância e da Juventude
CEDESP – Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo	DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
CEF – Caixa Econômica Federal	DIPRO Departamento de Estatística e Produção de Informação
CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo	DRU - Desvinculação da Receita da União
CGA – Coordenadoria da Gestão Administrativa	ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
CGB – Coordenadoria da Gestão de Benefícios	EIS – Escritório de Inclusão Social
CIB – Comissão Intergestores Bipartite	ESPASO – Espaço Público do Aprender Social
CIT – Comissão Intergestores Tripartite	FAS – Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social
CMESCA – Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes	FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social	FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
CNRVV – Centro de Referência às Vítimas de Violência	FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
COEGEMAS – Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
COGEAS – Coordenadoria Geral de Assistência Social	ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social	INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social	IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
COMDEC – Comissão de Defesa Civil	IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social	LA – Liberdade Assistida (medida socioeducativa em meio aberto)
CONSEAS – Conselho Estadual de Assistência Social	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
COPS – Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais	LOA – Lei Orçamentária Anual
	LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
	MC – Ministério das Cidades
	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
	MEC – Ministério da Educação

Conferência Regional de M'BOI MIRIM

MF – Ministério da Fazenda

MP – Ministério Público

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MS – Ministério da Saúde

MSE – Medida Socioeducativa

MT – Ministério dos Transportes

NOB-RH – Norma Operacional Básica – Recursos Humanos

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAIF – Programa de Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa-Família

PEA – População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRFMM – Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal

PLANSEQ – Plano de Qualificação e Inserção Profissional para beneficiários do Programa Bolsa-Família

PLAS – Plano Municipal de Assistência Social

PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

PPA – Plano Plurianual

PRO-AIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade da SMS

PRODAM – Empresa de Processamento de Dados do Município

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania

PROSOCIAL – Banco de Dados dos Programas de Transferência de Renda do Estado de São Paulo

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade (medida socioeducativa em meio aberto)

PSF – Programa de Saúde da Família

PTR – Programa de Transferência de Renda

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão

SASF – Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Município

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE)

SEDM – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano

SEDS – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEF – Supervisão de Eventos Funcionais

SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação

SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento

SEO (NovoSEO) – Sistema de Execução Orçamentária

SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

SF – Secretaria de Finanças

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SIAl – Sistema Integrado de Ações Intersecretariais

SIMPROC – Sistema de Cadastro e Consulta de Processos Municipais e Recursos Humanos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo

SIPIA – Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência

SIS-RUA – Sistema de Informações sobre a População em Situação de Rua

Sumário

1.	Introdução	3
1.1	Temática e Objetivos	6
2.	Credenciamento	8
2.1	Perfil dos Participantes.....	10
3.	Realização	12
3.1	Programação.....	12
3.2	Plenária Inicial	13
3.2.1	Palestra Magna	14
3.2.2	Composição de trabalho	14
3.2.3	Leitura e aprovação do Regimento Interno.....	15
3.2.4	Regimento Interno Aprovado	17
4.	Relatório por Dimensão	24
4.1	Dimensão 1	24
4.1.1	Participação.....	24
4.1.2	Relatoria.....	24
4.1.3	Quadro do instrumental Dimensão 1 – Propostas gerais.....	32
4.1.4	Quadro do instrumental Dimensão 1 – Encaminhado para o pleno.....	33
4.2	Dimensão 2 - “Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS”	34
4.2.1	Participação.....	34
4.2.4	Quadro do instrumental Dimensão 2 – Encaminhado para o Pleno.....	40
4.3	Dimensão 3 – “Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo”	41
4.3.1	Participação.....	41
4.3.2	Relatoria.....	41
4.3.3	Quadro do instrumental Dimensão 3 – Propostas Gerais.....	47
4.3.4	Quadro do instrumental Dimensão 3 – Encaminhado para o Pleno.....	48
4.4	Dimensão 4 – “Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo”	49
4.4.1	Participação.....	49

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

4.4.2	Relatoria.....	49
	Quadro do instrumental Dimensão 4 – Propostas Gerais.....	54
4.4.3	Quadro do instrumental Dimensão 4 – Encaminhado para o Pleno.....	55
4.5	Dimensão 5 – “Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo”	56
4.5.1	Participação.....	56
4.5.2	Relatoria.....	56
4.5.3	Quadro do instrumental Dimensão 5 – Propostas Gerais.....	62
4.5.4	Quadro do instrumental Dimensão 5 – Encaminhado para o Pleno.....	63
5.1	Moções	64
5.2	Prioridades Dimensões	68
6.	Avaliações da Conferência Regional de M’Boi Mirim	79

ANEXOS

Anexo 1	Lista de Presença Planificada em Ordem Alfabética
Anexo 2	Apresentação SAS
Anexo 3	Apresentação Palestra Magna
Anexo 4	Dinâmica de Grupo – “Escuta por Minuto”
Anexo 5	Metodologia de Condução dos Trabalhos em Grupo
Anexo 6	Apresentação e Aprovação das Propostas para a Plenária
Anexo 7	Relação de Delegados
Anexo 8	Relatório de Visita Técnica
Anexo 9	Fichas de Avaliação
Anexo 10	Quadro Instrumental 2
Anexo 11	Documentação Fotográfica
Anexo 12	Fichas Originais e completas dos Conferencistas
Anexo 13	Lista de Presença Original
Anexo 14	Lista de Presença de Convidados e Observadores
Anexo 15	Moções Originais
Anexo 16	CD com relatório na versão digital, lista de presença planificada e áudio da Conferência Regional

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 consagrou a concepção de Seguridade Social, enquanto Política Pública de Proteção Social, política de direitos, universal e de responsabilidade estatal, composta pelo tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS destaca ainda, o desafio da participação dos usuários nos conselhos de assistência social.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS tem como princípios a compreensão da matricialidade sócio-familiar, da descentralização político-administrativa e da territorialização, estabelecendo novas bases para relação entre Estado e a Sociedade Civil, para o financiamento e controle social da Política. Dentre seus eixos estruturantes está a valorização do controle social, estabelecendo um sistema democrático e participativo.

Seguindo esta trilha, necessário se faz a citação do controle social estabelecida na PNAS, que teve sua origem nos marcos legais aqui já citados, ou seja, Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS e Sistema Único de Assistência Social/SUAS:

*“O **controle social** tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa”.*

Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Na conformação do Sistema Único de Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará **essa participação são os conselhos e as conferências.**

As conferências têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado (artigo 18, inciso VI, LOAS, conforme descrito no PNAS/2004)

A nova versão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), marco fundamental na estruturação do SUAS, promove avanços significativos na gestão e oferta de serviços socioassistenciais no Brasil, incentivando a participação e controle social. Aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012, NOB-SUAS 2012 em seu Art. 114 estabelece que:

“A participação social deve constituir-se em estratégia presente na gestão do SUAS, por meio da adoção de práticas e mecanismos que favoreçam o processo de planejamento e a execução da política de assistência social de modo democrático e participativo”, e em seu Art. 125 institui que: *O estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nas instâncias de deliberação da política de assistência social, como as conferências e os conselhos, é condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais.”*

A partir destas determinações, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS tem contribuído para o fortalecimento do COMAS/SP, colegiados e fóruns para que se consolidem como espaços efetivos de participação da sociedade civil organizada.

No município de São Paulo, o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS/SP criado em 2001 é a instância colegiada paritária do SUAS, composto pelos órgãos do governo municipal, por organizações da sociedade civil, representantes dos usuários e trabalhadores dos serviços socioassistenciais, sendo assim, um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador da Política de Assistência

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Social, diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

O Conselho, dentre suas muitas atribuições, tem a responsabilidade de realizar a Conferência de Assistência Social na Cidade de São Paulo. As Conferências Municipais da Assistência Social de 2015, que se realizarão em todo país, convocadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, organizadas pelos Conselhos Municipais, com o apoio dos respectivos órgãos gestores - constituem-se na instância de maior importância para que a participação popular possa realizar-se de fato nos marcos **do SUAS**. O tema: "**CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026**" foi definido para a XI Conferência Nacional de Assistência Social pelo CNAS, que orientará as Conferências Estaduais e Municipais.

Considerando o Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026 - O SUAS que temos e o SUAS que queremos, os avanços exigirão novas estratégias e mecanismos que potencializem a capacidade de gestão e articulação intersetorial, a qualificação das prestações e a ampliação da capacidade do Sistema de incorporar especificidades do território e das populações atendidas. Os desafios irão além dos resultados alcançados pelas conferências antecessoras, projetarão um direcionamento da política para os próximos 10 anos, visando a construção de diretrizes para o Plano Decenal 2016-2026.

Haverá, portanto, a necessidade de mobilização nacional em torno do lema “o SUAS que temos e o SUAS que queremos. Para tanto deve-se levar em conta o enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, benefícios, programas e projetos nos territórios, o Pacto Federativo e a consolidação do SUAS, o fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática e as diretrizes para o SUAS nos próximos dez anos: Plano Decenal 2016-2026.

1.1 Temática e Objetivos¹

Eixo Norteador: As Diretrizes para o SUAS nos próximos dez anos – Plano Decenal 2016-2026

Tema: Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026.

Lema: Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos.

Objetivo: Avaliar a situação da Assistência Social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo.

Subtemas

Subtema 1 – O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios.

Subtema 2 – O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS.

Subtema 3 – Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática.

*Os conteúdos dos subtemas encontram-se no Informe CNAS nº 01/2015

¹ Informes nºs 1 e 4/2015 – Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Dimensões

Dimensão 1 – Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.

Dimensão 2 – Participação Social como fundamento do pacto federativo SUAS.

Dimensão 3 – Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo.

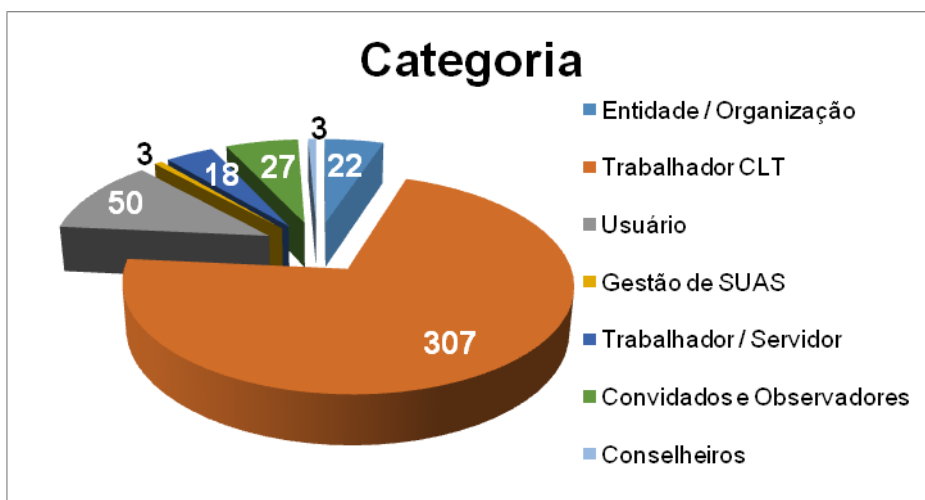
Dimensão 4 – Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo.

Dimensão 5 – Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo.

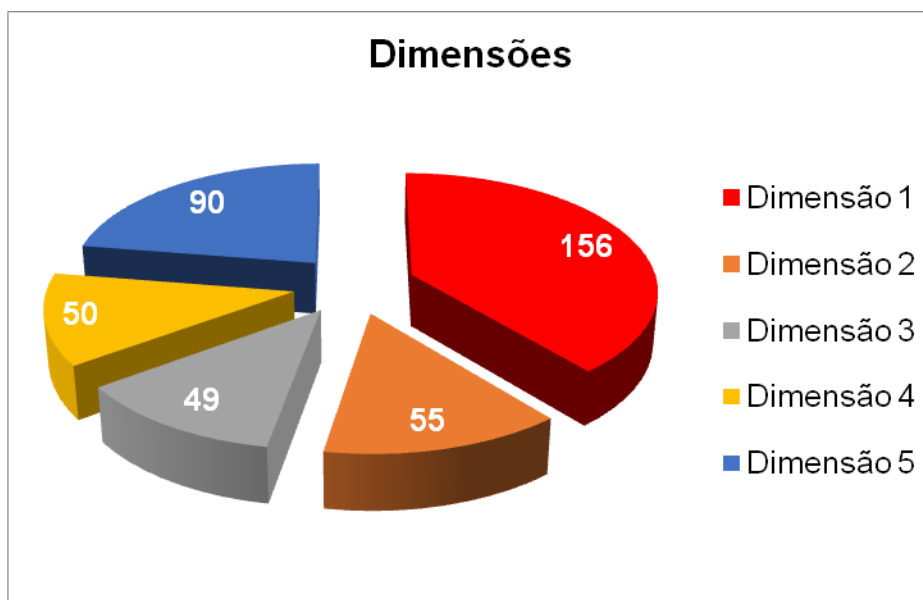
2. Credenciamento

O credenciamento foi iniciado às 8h00 e encerrado às 11h24, após definição em regime de votação durante a plenária e números de credenciamento da **Conferência Regional de M'Boi Mirim** foram os seguintes:

- 298 (duzentos e noventa e oito) participantes inscritos *online*;
- 132 (cento e trinta e dois) participantes inscritos presencialmente;
- 11 (onze) participantes inscritos após a conclusão da mesa de trabalho, de acordo com definição durante a plenária de abertura.
- 5 (cinco) salas no total para a realização dos trabalhos em grupo, sendo 1 (uma) sala por dimensão;
- Total no final do credenciamento: **430** (quatrocentos e trinta) participantes



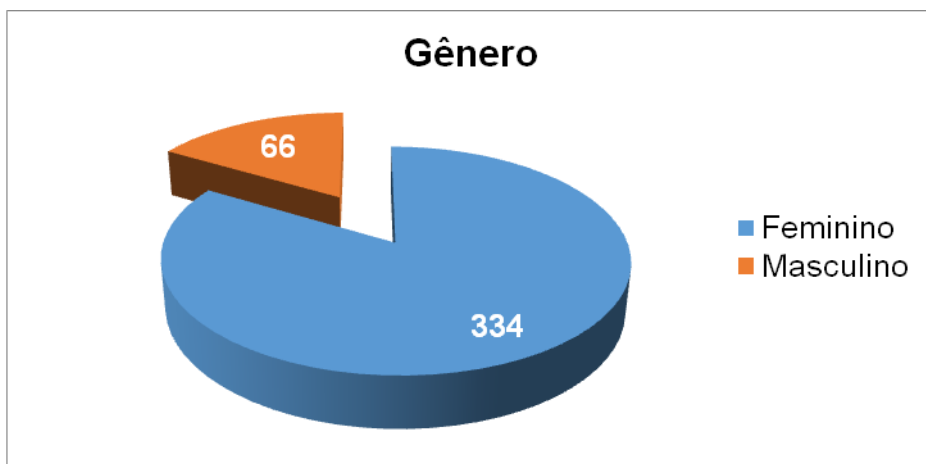
Categoria	
Entidade / Organização	22
Trabalhador CLT	307
Usuário	50
Subtotal Sociedade Civil:	379
Gestão de SUAS	3
Trabalhador / Servidor	18
Subtotal Poder Público:	21
Convidados e Observadores	27
Conselheiros	3
Total:	430



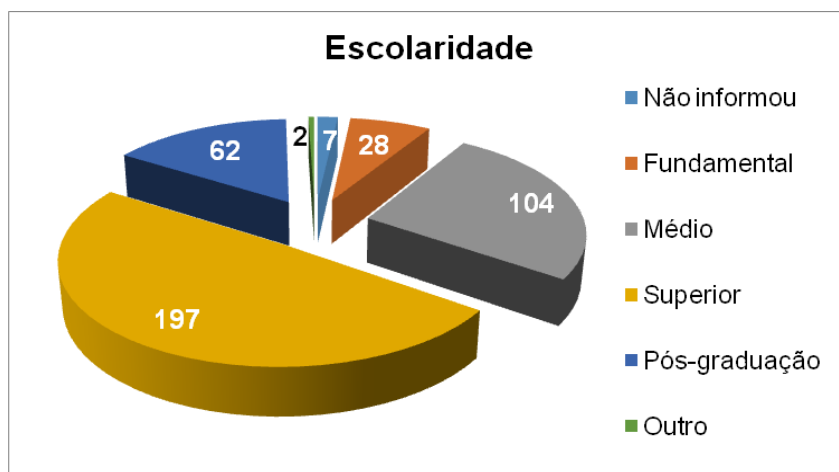
<u>Dimensões</u>	
Dimensão 1	156
Dimensão 2	55
Dimensão 3	49
Dimensão 4	50
Dimensão 5	90
Total:	400

As listas completas de presença e fichas de inscrição devidamente preenchidas podem ser conferidas no **Anexo 1**, ao final deste relatório.

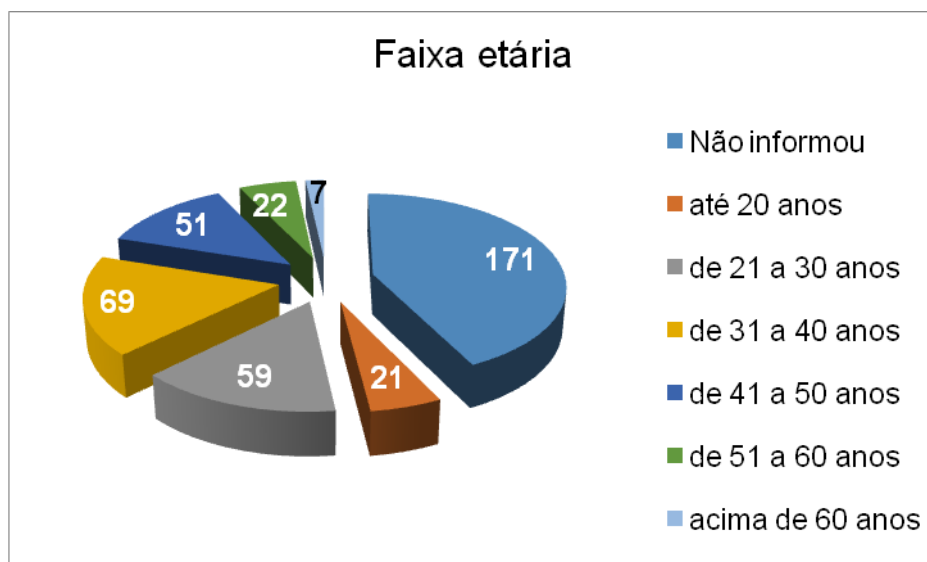
2.1 Perfil dos Participantes



Gênero	
Feminino	334
Masculino	66
Total:	400



Escolaridade	
Não informou	7
Fundamental	28
Médio	104
Superior	197
Pós-graduação	62
Outro	2
Total:	400



<u>Faixa etária</u>	
Não informou	171
até 20 anos	21
de 21 a 30 anos	59
de 31 a 40 anos	69
de 41 a 50 anos	51
de 51 a 60 anos	22
acima de 60 anos	7
Total:	400

3. Realização

A **Conferência Regional de Assistência Social de M'Boi Mirim** foi realizada na quinta-feira, dia 23 de julho de 2015, no Clube da Turma, localizada à Rua Maestro Massaino s/n, no bairro de Jardim Angela.

3.1 Programação

<i>Manhã</i>		<u>Atividade</u>
<u>Início</u>	<u>Término</u>	
8h	11h24	Credenciamento
8h30	9h	Café da Manhã
9h	9h20	Plenária de Abertura
9h20	10h30	Palestra Magna
10h30	11h24	Leitura e Aprovação do Regimento Interno
11h30	13h	Início dos Trabalhos em Grupo
13h10	14h	Almoço

<i>Tarde</i>		<u>Atividade</u>
<u>Início</u>	<u>Término</u>	
14h10	16h10	Trabalho em Grupos para definição de diretrizes
	16h10	Prazo Final para Entrega das Moções
16h10	17h	Aprovação das Moções
16h50	17h30	Leitura e Aprovação das diretrizes definidas em Grupos
17h30	17h45	Eleição de Delegados e Candidatos a Delegados
	17h45	Encerramento

3.2 Plenária Inicial

09h – Início da plenária

A plenária inicial da **Conferência Regional de M'Boi Mirim** foi iniciada com o Mestre de Cerimônias apresentando os membros participantes da mesa de abertura.

Composição da Mesa de Abertura

<u>Mesa de Abertura</u>	
<u>Nome</u>	<u>Representação</u>
Sra. Cássia Goreti da Silva	Presidenta do COMAS
Sr. Carlos Nambu	Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social
Sra. Cássia Travençolo	Supervisora de SAS
Sr. Cassio Nerilton	Representante da Subprefeitura
Sra. Regina Paixão	Representante da Sociedade Civil
Sr. Carlos Alberto de Souza Junior	Representante do Segmento de Usuários e Conselheiro titular do CMDHCA
Sra. Maria Motta	Representante do Poder Público
Sra. Cassiana Rubilo	Representante do Segmento Entidades e o Presidente da Social Bom Jesus
Sra. Adélia Rodrigues	Representante do Segmento de Trabalhadores do Setor
Sra. Ingrid Boyec	Representante do Segmento de Usuários

Os membros da mesa de abertura tiveram a palavra e saudaram a todos os presentes. Falaram, posteriormente, sobre a importância do momento da Conferência Regional para a definição de Políticas Públicas da Assistência Social em São Paulo.

Em destaque, a Supervisora de SAS desejou uma ótima reflexão para a consolidação da gestão do SUAS. O Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social explicou a dinâmica de trabalho do dia, parabenizou a presença dos jovens na Conferência, indicando sua crença no protagonismo da juventude e seu repúdio à redução da maioria penal.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

A Presidenta do COMAS agradeceu a todos que tornaram a Conferência possível, enfatizou a luta de movimentos sociais por serviços da assistência social e da importância de reconhecer avanços e desafios da rede. Em seguida declarou aberta a Conferência Regional.

Em seguida, a Supervisora da SAS apresentou dados sobre a região e a rede de assistência social.

Posteriormente, alguns informes sobre o trabalho a ser realizado no dia foram proferidos e a Sra. Ivone Pereira da Silva foi apresentada para a realização da Palestra Magna.

3.2.1 Palestra Magna

A Profa. Ivone Pereira da Silva deu início à Palestra Magna, conforme quadros apresentados no Anexo 3. Ao término da apresentação, a mesa foi recomposta.

3.2.2 Composição de trabalho

<u>Mesa de Trabalho</u>	
<u>Nome</u>	<u>Representação</u>
Sr. Carlos Nambu	Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social
Sra. Regina Paixão	Representante da Sociedade Civil
Sra. Maria Motta	Representante do Poder Público

3.2.3 Leitura e aprovação do Regimento Interno

Dando abertura à leitura do Regimento Interno, o coordenador da Comissão Organizadora Central informou o número de 396 votantes, explicou o que era destaque e moções e pediu algumas correções que tiveram de ser feitas antes da leitura do Regimento. Foram alterações necessárias, as seguintes:

<u>Referência</u>	<u>Alteração</u>
Título	Inclusão da palavra Regional após Conferência, indicando a nova nomenclatura do evento.
Capítulo I, Art. 8º §1º	Alteração do trecho “ <i>que a Ficha de Credenciamento deverá ser obrigatoriamente devolvida até a abertura do plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento</i> ” para “ que a Ficha de Credenciamento deverá ser recolhida pela empresa para confirmação do credenciamento ”
Capítulo III – dos Grupos	Inclusão da letra A , após III, para diferenciação do capítulo que discorre sobre a temática;
Capítulo V	Correção da descrição da Resolução COMAS de <i>1017 e 1018/2015</i> para 1017 e 1016/2015
Capítulo V, Art. 17º, VI, §3º	Inclusão da palavra candidatos antes da palavra Delegados
Capítulo V, Art. 17º, VII	Inclusão do termo candidatos a delegados no antes de X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo
Capítulo V, Art. 18º, Par. Único	Inclusão do termo candidato a antes de Delegado

Durante a leitura do Regimento Interno, foi proposto e aprovado a alteração do horário de credenciamento para até o fim da leitura do regimento e as demais alterações:

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

<u>Referência</u>	<u>Propostas</u>	<u>Texto Aprovado</u>	<u>Votos</u>
Capítulo II Art. 9	Houve alteração no regimento para inclusão da palavra “votação de delegados na programação”.		Aprovado
Capítulo IV Art. 14	Alterar para 20 assinaturas invés de 10% dos participantes, para as moções.		Aprovado

Em regime de votação, o Regimento Interno foi aprovado por contraste, com 8 contrários e 13 abstenções às 11h24m e a plenária inicial da **Conferência Regional de M'Boi Mirim** foi encerrada.

Em seguida, os participantes foram divididos em grupos, de acordo com a dimensão escolhida, e encaminhados para as respectivas salas para o início das atividades dos Grupos de Trabalho.

3.2.4 Regimento Interno Aprovado

**REGIMENTO INTERNO DAS 31 CONFERÊNCIAS REGIONAIS
XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO
TEMA: “CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ, RUMO A 2026”**

CAPÍTULO I - Da Organização

Art. 1º - A Conferência de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo em seu âmbito e propositivo no âmbito Municipal, Estadual e Nacional. Será realizada conforme normativas do COMAS/SP.

Art. 3º - As Comissões Organizadoras Regionais são responsáveis pela sua infraestrutura e organização, conforme previsto na Resolução 1017/COMAS-SP/2015, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central.

Art. 4º - As Conferências Regionais de Assistência Social serão realizadas no âmbito das 31 SAS – Supervisões de Assistência Social.

Art. 5º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

- I – Dois Coordenadores (Comissão Regional), sendo 1 (um mediador) ad referendo do plenário;
- II – Um representante indicado e aprovado pelo COMAS/SP;
- III – Um representante da SAS;
- IV – Um representante da Sociedade Civil.

§ 1º – A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do Conselheiro do COMAS/SP, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - Cabe aos Coordenadores:

- I - Dar início aos trabalhos;
- II - Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenário, e
- III - Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º - Cabe ao Mediador:

- I - Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno e;
- II - Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

§ 4º - A Mesa de Trabalho contará com o apoio da Empresa Contratada nos trabalhos do Plenário.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Art. 6º - As Comissões Organizadoras Regionais, constituídas em foros paritários, foram homologados pelo COMAS/SP, após a realização de Assembleias Regionais nas 31 regiões da SAS.

Parágrafo Único - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público), sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando-se a paridade.

Art. 7º - Serão participantes da Conferência Regional:

I - Conselheiros Municipais de Assistência Social;

II - Representantes da Gestão do SUAS e Trabalhadores do SUAS (Servidores);

III - Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores do SUAS (CLT) e Organização de Trabalhadores, Usuários e Organização de Usuários;

IV - Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;

V - Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

VI - Autoridades convidadas e presentes;

VII - Convidados e Observadores.

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 15 (quinze) anos e 11(onze) meses, mediante apresentação de documento com foto.

§ 2º - A identificação dos participantes será por meio de lista de presença ou identificação on line, conforme metodologia aprovada pela Comissão Organizadora Central e específica por Segmentos (Entidades, Trabalhadores do SUAS - CLT), Usuários, Gestão do SUAS e Trabalhadores do SUAS - (Servidor) para a eleição, bem como Observadores e Convidados, dentre outros.

§ 3º - Participarão na eleição dos delegados da XI Conferência Municipal de Assistência Social, os segmentos previstos na Resolução COMAS/SP 1017/2015 de 03 de julho de 2015.

Art. 8º - Na Conferência Regional, o credenciamento será online e/ou presencial, caso necessário e será realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença com entrega da Ficha de Credenciamento e com a escolha de vagas por grupo até o limite de vagas por Temática/Dimensão.

§ 1º – Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento deverá ser obrigatoriamente devolvida até a abertura do Plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento, em local a ser designado pela Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - O participante que não devolver a ficha de Credenciamento ficará inabilitado a ser candidato à Delegado Municipal da XI Conferência Municipal de Assistência Social e/ou à Delegado Estadual da X Conferência Estadual de Assistência Social.

CAPÍTULO II - Da Programação

Art. 9º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

08h00 – Início do credenciamento;

08h30– Abertura; Hino Nacional; SAUDAÇÃO das autoridades presentes;

09h00- Palestra Magna e debate;

10h00 – Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional e encerramento do credenciamento dos participantes;

11h00 – Trabalho dos grupos;

13h00 – Intervalo para almoço;

14h00 – Continuação dos trabalhos dos grupos por Subtemas;

15h30 – Prazo para entrega das moções para mesa coordenadora e Plenário de apresentação, das prioridades referendadas nos grupos, para aprovação do Plenário e, aprovações ou rejeições das moções;

17h00 – Eleição, apresentação e referendo da delegação para a XI Conferência Municipal de Assistência Social e X Conferência Estadual de Assistência Social;

18h00 – Encerramento.

Parágrafo Único – Esta programação poderá ser ajustada, conforme a necessidade, ad referendo do plenário, desde que respeite as Normativas do COMAS/SP.

CAPÍTULO III - Da Temática

Art. 10 - A Conferência Regional terá como tema “**Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026**”. Com o lema: Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos, e o objetivo de “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”.

§1º - Subtemas:

I - Subtema 1: O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios.

II - Subtema 2: O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS.

III - Subtema 3: Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática.

§2º - Dimensões:

I – Dimensão 1 – Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.

II - Dimensão 2 - Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS

III - Dimensão 3– Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

IV - Dimensão 4 – Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto federativo

V - Dimensão 5–Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo

CAPÍTULO III – Dos Grupos

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Art. 11 - Os participantes serão subdivididos em grupos.

§ 1º - Cada grupo terá um Facilitador e Relator da Empresa Contratada.

§ 2º - Cabe ao Facilitador do Grupo:

I – Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas técnicas relativas ao Tema/Dimensão;

III - Coordenar e mediar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;

V – Controlar o tempo.

§ 3º - Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º – Fica estabelecido que as discussões nos grupos e plenário serão registradas em áudio pela Empresa contratada, sendo responsabilidade da Comissão Organizadora Regional disponibilizar equipamento de som para o plenário.

Art. 12 - Nos grupos os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções, desde que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Facilitador do Grupo.

Art. 13 - Os Grupos deverão deliberar em seu Grupo Temático/Dimensão específico as propostas de prioridades que serão apresentadas ao Plenário da Conferência Regional. Após a aprovação, a Empresa Contratada deverá sistematizar as deliberações para subsidiar XI Conferência Municipal de Assistência Social.

§ 1º – Cada Grupo deverá propor às 2 prioridades Municipais, 1 Estadual e 1 da União dentro do seu Tema/Dimensão.

§ 2º – O referendo das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

§ 3º - No caso de mais de um Grupo de mesma Temática/Dimensão, cada Grupo deverá indicar até 4 representantes para, juntamente com os respectivos Facilitadores e Relatores, realizar a sistematização e indicação de 2 prioridades Municipais, 1 Estadual e 1 da União dentro do seu Tema/Dimensão para apresentação no Plenário.

CAPÍTULO IV - Do Plenário Final

Art. 14 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 20 assinaturas dos participantes.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Art. 15 – No que se refere às intervenções:

I - Os conferencistas poderão manifestar-se sobre os destaques solicitados, esclarecimentos ou questões de ordem, verbalmente no máximo em 2 (dois) minutos, ou por escrito.

II - Não serão consideradas questões de ordem aquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.

III - No caso de manifestação contrária a uma proposta, serão abertas no máximo duas defesas às citadas manifestações, dando direito ao proponente e outros conferencistas a duas réplicas, respeitado o tempo de 2 (dois) minutos deliberado pelo Plenário, seguindo para o processo de votação por contraste e, havendo necessidade, será realizada a contagem de votos.

IV - A Mesa poderá abrir busca de consenso entre os proponentes, caso seja autorizado pelo plenário.

V - A Empresa Contratada garantirá apoio técnico nos plenários da Conferência, nas manifestações constantes no presente artigo, bem como na contagem de votos e organização da eleição e referendo dos delegados, sob coordenação da Comissão Organizadora Regional.

Art. 16 - O Relator de cada grupo exporá a proposta e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos.

§ 1º – Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na XI Conferência Municipal de Assistência Social, a Empresa Contratada será responsável pelo recolhimento das listas de presença, Fichas de Credenciamento (Presencial), instrumentais preenchidos pela Comissão e pelos grupos, o regimento aprovado pela plenária, moções e avaliação dos participantes.

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS (Conforme previsto na Resolução COMAS 1017 e 1018/2015)

Art. 17 – Critério de escolha dos Delegados(as) Titulares / Suplentes e Observadores, para a XI Conferência Municipal de Assistência Social.

I - Os delegados à XI Conferência Municipal de Assistência Social terão direito a voz e voto e deverão ser eleitos nas 31 Conferências Regionais.

II - Eleger delegados(as) e observadores(as) da Sociedade Civil para a XI Conferência Municipal de Assistência Social, garantindo prioritariamente, o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos – Usuários, Trabalhadores do SUAS (Regime CLT) e Organizações/Entidades prestadoras de Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social, bem como, no que se refere ao Poder Público composto pela Gestão do SUAS e os Trabalhadores do SUAS (Servidores),

a) Entende-se por Trabalhadores do SUAS na gestão da administração direta, aqueles que não tenham Cargos de Coordenação e Supervisão na Gestão (Coordenadores de CRAS, CREAS, CENTRO POP, Supervisores Regionais, Assessores do Gabinete de SMADS, Chefe de Gabinete, Secretária Adjunta e Secretária Municipal de Assistência Social).

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

b)Entende-se por Gestores da Administração direta, Coordenadores vinculados ao gabinete de SMADS, coordenadores de CRAS, CREAS, CENTRO POP, Supervisores Regionais, Assessores do Gabinete de SMADS, Chefe de Gabinete, Secretária Adjunta e Secretária Municipal de Assistência Social.

III - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo será acrescida de 18 (dezoito) Conselheiros(as) da Sociedade Civil do COMAS - 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes, os quais participarão da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, na condição de delegados(as) natos(as), desde que participem integralmente do processo (Plenário e Grupos) e com referendo da Plenária Final, em pelo menos 02 (duas) das 31 Conferências Regionais seguindo as orientações da Comissão Organizadora Central;

IV - Na representação dos Segmentos de Entidades, Trabalhadores (CLT) e Usuários serão eleitos:

a)Delegados titulares, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) delegado(a) eleito(a) para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na XI Conferência Municipal;

b)Delegados suplentes, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) delegado (a) eleito(a) para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo;

c)Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adultos e adolescentes, os quais terão direito a voz na XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo;

V - Na representação do Poder Público serão eleitos para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, delegados(as) indicados(as) nas Conferências Regionais, sendo 2/3 de sua composição Trabalhadores do SUAS (Servidores), em consonância com o § 2º do Artigo 6º e, 1/3 será composto pela gestão conforme definido no § 3º do Artigo 6º, perfazendo um total igual à quantidade de delegados eleitos pela sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente (Plenária e Grupos) da Conferência Regional, inclusive com referendo da plenária final. A composição dos delegados do Poder Público para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo será acrescida de 18 (dezoito) Conselheiros(as) do Poder Público do COMAS - 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes.

VI - Serão considerados eleitos os candidatos que tiverem suas fichas do credenciamento preenchidas por completo, e no horário estabelecido, e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 1º- Os delegados Titulares e Suplentes deverão ser apresentados pela Comissão Organizadora Regional para referendo final do Plenário.

§ 2º- Os delegados eleitos, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados, sendo indicado o suplente conforme a ordem decrescente de votos.

§ 3º - Todos os Delegados Titulares e Suplentes para a X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo deverão participar integral e obrigatoriamente de pelo menos uma Conferência Regional, e Municipal, sendo referendado pela mesma.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

VII – A Empresa Contratada ficará responsável pela lista dos delegados titulares, suplentes e observadores, referente à XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo e X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo, conforme dados previstos na ficha de inscrição

Art. 18 - Em cada uma das 31 Conferências Regionais serão eleitos dentre os Delegados Municipais da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo:

I – 1 (hum) Candidato a Delegado(a) Estadual do Segmento de Entidades;

II – 1 (hum) Candidato a Delegado(a) Estadual do Segmento de Trabalhadores do SUAS (CLT) ou Organização de Trabalhadores;

III – 1 (hum) Candidatos a Delegado(a) Estadual do Segmento de Usuários ou Organização de Usuários;

IV – 1 (hum) Candidato a Delegado(a) Estadual da Gestão do SUAS;

V – 1 (hum) Candidato a Delegado(a) dos Trabalhadores do SUAS (Servidor)

Parágrafo Único: Cada Delegado Estadual terá o seu respectivo suplente eleito por ordem decrescente de votação.

Art. 19 - Os Candidatos a Delegados Estaduais, conforme previsto no Art. 18 terão reuniões específicas na XI Conferência Municipal de Assistência Social entre seus pares do respectivo segmento.

Art. 20 - Serão eleitos nas reuniões previstas no Art. 19:

I – 1 (hum) Delegado Estadual do Segmento de Entidades;

II – 1 (hum) Delegados Estadual do Segmento de Trabalhadores (CLT) ou Organização de Trabalhadores;

III – 2 (dois) Delegados Estaduais do Segmento de Usuários ou Organização de Usuários;

IV – 1 (hum) Delegado Estadual da Gestão do SUAS;

V – 2 (dois) Delegados Estaduais do Segmento de Trabalhadores do SUAS (Servidor);

VI – 2 (dois) Delegados Estaduais do COMAS/SP, considerando a paridade;

VII – 1 (hum) Delegado Estadual da Secretaria Executiva do COMAS/SP.

Parágrafo Único: Na ausência dos Delegados titulares, assumirão automaticamente os respectivos Delegados suplentes eleitos na Regional.

Art. 21 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional ad referendum do Plenário.

São Paulo, 23 de julho de 2015
Plenária da Regional de M'Boi Mirim
Regimento APROVADO às 11h24

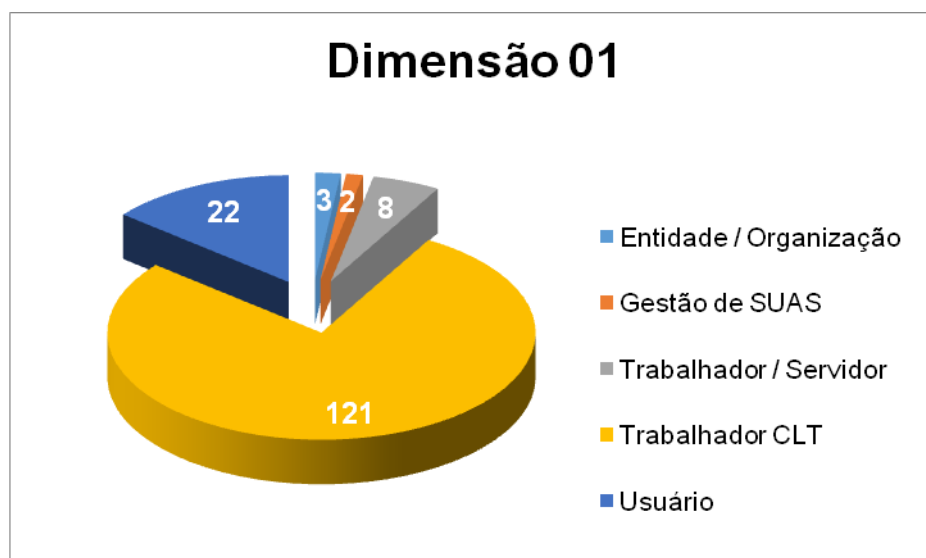
4. Relatório por Dimensão

4.1 Dimensão 1 - “Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo.”

DIMENSÃO 1	Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo
Facilitador (a)	Daniel Guilherme Machado Pinto e Sabrina Valverde da Silva Pedrosa
Relator (a)	Gabriela Pozzoli Gouvêa

4.1.1 Participação

156 Participantes se inscreveram na Dimensão 1.



4.1.2 Relatoria

11h40 – Início das atividades em grupo

O facilitador Daniel iniciou sua fala se apresentando, dizendo em quais órgãos havia trabalhado. Perguntou quem era do poder público (sendo 2 participantes), trabalhadores CLT (eram a maioria) e quem era usuário. Não havia ninguém da gestão SUAS. Ele compartilhou a pauta com os participantes, explicando que gostaria de debater bastante e que gostaria também que houvesse a participação geral. Falou sobre o eixo que iriam discutir, e disse que gostaria de começar por

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

uma avaliação dos serviços da região, perguntando aos presentes se eles achavam que os serviços ajudavam a região a conseguir condições mais dignas.

Perguntou quais eram os serviços da região, e houve silêncio. Disse que estavam passando uma moção, e quem quisesse assinar poderia se sentir confortável para tal.

Perguntou quem já havia participado de conferências na região e algumas pessoas levantaram a mão, sendo que a maioria levantou quando perguntou se haviam participado de pré-conferências. Ele continuou falando que era importante que eles quem estavam participando desse processo, e reforçou que era importante participarem também do debate e da discussão, já que eles eram quem sabiam da região.

Uma participante, da assistência social, pediu a palavra. Ela disse que no caso dela, tinha certeza absoluta que atendia a região, e que muitos idosos frequentavam o serviço, mas que o sistema que era complicado, sendo eu o que se referia a equipe, eles se organizavam e faziam, mas o sistema era mais complicado e complexo. Afirmou que trabalhava no CNI e que era ótimo, e o facilitador falou que existiam muitos órgãos de CNI. Perguntou se todos tinham essa mesma consciência assim como ela, e ela disse que sim, que os idosos também sabiam que isso não era um favor, mas sim um direito. O facilitador falou que trabalhava sempre com crianças e que isso fazia a diferença, a conscientização, sendo que também era importante o próprio usuário saber qual era o serviço específico que lhe atendia e supria suas demandas. Outra participante disse que quanto o trabalho dela, ela achava que seria melhor a avaliação partir dos usuários invés dos trabalhadores, já que essa era uma questão enviesada.

A participante que havia comentado sobre sua experiência pediu a palavra e se justificou, dizendo que havia pensado apenas em seu segmento de idosos.

O facilitador perguntou se os serviços alcançavam suas demandas, e uma assistente social fez sua fala pensando em equipamentos estatais da assistência social, e disse que isso já respondia sua questão, pensando que não eram suficientes. Afirmou fazer sua fala não apenas enquanto trabalhadora, mas pelo que ouvia no cotidiano, e que muitas pessoas não achavam que a assistência social era vista como um favor, e não como direito. Disse também que muitos dos atendimentos não eram dignos, como por exemplo, ter apenas um CRAS e um CREAS para todo o território

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

A cada cinco mil deveria ter um CRAS.

Além disso, lembrou que a assistência social é apenas uma parte de um todo que era muito maior, e pediu que pensassem nas propostas, falando sobre justiça social, quis lembrar que o BPC não é apenas um benefício, mas que existem outros, sem contar que além da quantidade, como seria sua qualidade seria mesmo o BPC o principal item que conseguiria ser capaz de levar a dignidade humana mesmo?

Perguntou sobre a participação social da região, e enquanto trabalhadora de CJ, disse que a evasão dos usuários prejudicava sim o serviço, e que quando não havia comprometimento até mesmo dos profissionais com esse fato, era difícil. O profissional deveria pensar o que acaba acontecendo nessa evasão, sendo muito prejudicial não se atentar a este fato, sendo momentâneo e não efetivo. Ela disse que trabalhou bastante nesse aspecto e outra experiência profissional no CCA. Disse que os serviços da região pareciam bastante para quem olhava de fora, mas que eram poucos porque a demanda era muito grande.

O facilitador focou no ponto importante levantado sobre a evasão e também lembrou que era um reflexo da rotatividade do mercado de trabalho, ainda mais em situações e territórios de maior vulnerabilidade social. Além da evasão dos jovens, lembrou da importância de se discutir o porquê da alta rotatividade dos funcionários do SUAS, o porquê da capacitação não acontecia, e era extremamente necessário haver esse debate. Ainda falando sobre dignidade humana e justiça social, falou também que isso deveria partir de nós mesmos, para que houvesse uma reflexão da qualidade dos serviços, que era fundamental a ser feita. Ele continuou falando que pegaria um eixo norteador para fazer a discussão, o eixo de “enfrentamento das situações de desproteção”.

Perguntou o que é que os participantes estavam enfrentando, e falou de situações que aconteciam, como profissionais que não aguentavam o trabalho por toda a estrutura. Uma assistente social do CREAS pediu voz para falar do usuário na política da assistência social da cidade, e comentou que os cidadãos não participavam da elaboração de políticas públicas, pois eram feitas de cima para baixo, e que muitas vezes não pensavam que poderiam contribuir nesse processo. A participante do CJ que já havia feito outra fala falando sobre abraçar o próximo e

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

como deveria ser o serviço, que o trabalhador precisava acreditar naquilo que atuava, se não era apenas para ganhar o 'dinheirinho' e nada mais.

Uma assistente social falou da armadilha de cair na rotina cotidiana, e pensando também na capacitação profissional e continuada, para também dar uma 'respirada', de maneira a acontecer uma troca entre profissionais, ao que outra participante complementou sua ideia, falando que também todos precisavam de assistência, e que todos eram usuários.

O facilitador, ao mencionar de capacitação, comentou que haviam pessoas que achavam a capacitação desnecessária, e que a capacitação era muito importante, que poderia cada vez mais agregar, falando também de sua própria experiência. Comentou sobre a diferença entre o primeiro e vigésimo atendimento a um morador de rua, por exemplo.

Outra participante pediu voz e quis falar sobre a naturalização da violência em nossa sociedade, na qual havia uma banalização, assim como o comodismo que afetava não só o usuário, mas também o trabalhador. Ela complementou sua ideia falando da necessidade de entender não só seu usuário, mas também seu território.

Outra participante comentou sobre o 'buscar meios de se fazerem as coisas', falando que era necessário também aceitar alguns limites impostos pela rede, mas ir atrás do máximo que poderia ser feito.

O facilitador perguntou como estava a rede de serviços e se haviam meios para que esses limites pudessem ser transpostos, ao que a participante comentou que havia uma capacitação interna de equipe.

O facilitador falou também de exemplos corriqueiros, como pessoas com 17, 18 anos que não sabem ler, e que não era apenas leitura, mas compreensão de texto, entre outros, exemplificando numa metáfora como o serviço de base era importante. Outra participante quis falar sobre a rede, e disse que não haviam parcerias na região. Falou que a demanda era muito alta, mas que muitas vezes fazer um encaminhamento era vergonhoso, porque o usuário era muito mal atendido. Disse que em relação a números, a prefeitura fazia muita questão, e dessa forma, os serviços também precisavam correr atrás dessa questão quantitativa, esquecendo a qualidade.

Outra assistente social comentou também sobre encaminhamentos, e disse que ficava indignada, porque precisava atender, mas fazer relatórios, independente

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

do que fosse, e isso acabava afetando seu fluxo de trabalho. Disse que a política não era do CRAS ou CREAS, mas que a culpa era da política e do estado burguês, e que o usuário não interessava, que era isso que precisavam lutar contra.

O facilitador perguntou sobre o sistema capitalista, por conta da remuneração por conta do número.

Outra participante discordou dizendo que não necessariamente concordava com essa visão, que era um benefício para quem via de fora, reforçando que muitas vezes eram encaminhamentos feitos de maneira errada, por exemplo, uma criança não tinha mãe e na verdade ela precisava ir em um outro serviço invés de só pegar um lápis ou papel e dar para ela desenhar. Disse que para muitas pessoas, estar em um serviço dependia de vaga, de ação, e que o estado não estava disposto a oferecer. “Ninguém quer se comprometer com nada”, concluiu, falando também do próprio descaso de algumas psicólogas e assistentes sociais, que muitas pessoas não chamavam para si a responsabilidade. Disse que não era questão de bater de frente, mas de se colocar no lugar do usuário e pensar como ele, já que muitas vezes não era só simplesmente chegar no poder público e exigir seus direitos, já que muitas vezes eles nem sabia que eram portadores de direitos, ou que tinham direito de reclamar porque não haviam recebido algum equipamento que lhe fora prometido.

O facilitador perguntou se as pessoas tinham mecanismo para saber que poderiam bater de frente contra o Estado, e uma participante disse que o único modo de bater de frente é a mobilização em si, conscientizar seus usuários para articular e fortalecer. Neste momento, Cássia Goreti, presidente do COMAS, adentrou o espaço e pediu a voz para que pudesse fazer um informe sobre o almoço. O facilitador lembrou dos horários e perguntou se todos concordavam em sair em determinado horário, para depois do almoço, trabalharem com as diretrizes (explicando que não eram demandas), e todos concordaram.

Quem estava falando voltou seu raciocínio, falando da eficácia da lei. Disse que o poder faz, como foi dito, de cima para baixo, dando aquilo que lhe interessava. Falou que achava que a capacitação parecia uma questão individualista, já que cada um fazia sua faculdade e ficava por isso. Disse que os serviços, bem como a assistência, precisavam ir atrás mais de uma capacitação efetiva. O facilitador concordou com sua fala ao reparar que era necessário sim ir atrás, mas

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

problematizou o ponto de capacitação, perguntando que tipo de capacitação era essa, sendo em nível federal a abertura em vagas da faculdade, capacitação para os serviços, capacitação para o funcionário trabalhar melhor, entre outros. Ele colocou outro ponto em debate, sobre o fortalecimento da participação e gestão social democrática, e pediu para que pensassem nesses 10 anos. Um participante disse que era da SMADS (e antigo gerente de CJ e centro de população de rua) e disse que via um espaço pequeno de grupos e espaços para trocas. Comentou que temos uma visão que reduz justiça social e desigualdade apenas a acesso a serviços, e que quando pensa em participação pensa num espaço como esse, que acontece apenas um dia a cada dois anos, não conseguindo nem fortalecer as redes locais. Comentou um exemplo próprio, de um grupo de reuniões dos CJ locais, mas que aconteceu duas vezes e não foi para a frente, além de outra, sobre um grupo de jovens, mas um educador havia saído e não teve continuidade. Falou que enquanto essa for a medida, não haverá avanços, o que foi concordado por outras participantes.

O facilitador falou que trabalhar com regra realmente delimita a participação de algumas pessoas, e que é também complicado pela questão da autonomia de alguns serviços, e perguntou de que ponto isso desestruturaria qualquer trabalho. Disse que saber do sistema é saber aonde pisar, assim como o tipo de rede da região, seja um contato burocrático, ou em capacitações que acontecem contatos mais profundos. Falou sobre a metodologia, reforçando que no período da tarde iriam se dividir em três subgrupos e que haveria escolha de diretrizes, com relatores em cada subgrupo, com debate sobre o que levantariam.

Na volta do almoço, a facilitadora Sabrina se apresentou e disse que iria conduzir uma parte da dinâmica. Disse que eles poderiam escolher como procederiam, divididos em três subgrupos diferentes. O primeiro modelo seria de um grupo que faria diretrizes no âmbito federal, outro no municipal e o terceiro no municipal, sendo que haveria debate sobre cada uma, ou o outro modelo, seria que cada grupo discutiria as diretrizes no âmbito estadual, municipal e federal.

Optaram pelo segundo modelo, e após a divisão dos grupos, pediu para que cada subgrupo escolhesse um relator e dois representantes para apresentarem seu debate para o grupo, num tempo de 45 minutos. O facilitador Daniel lembrou aos participantes que deveriam focar nas diretrizes, que eram diferentes das demandas.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Divididos em três diferentes subgrupos, um deles falou bastante da falta de efetivação dos serviços, precisando ser uma ação ampliada. Para cada 5.000 pessoas era necessário um CRAS, e de acordo com o território, isso não estava sendo atendido. Além disso, a questão da fiscalização de verba e da gestão monetária também foi mencionada, tais como críticas ao governo Dilma, falando que houve uma mudança muito diferente do primeiro mandato até este, que agora estava com muita máfia e bandidagem. A liberação da maconha foi contestada por uma participante, que também se mostrou a favor da redução da maioria penal, dizendo que quem fez o crime, deve pagar. Ela se mostrou também a favor da pena de morte, mas disse que, infelizmente, jamais aconteceria no Brasil.

Outro grupo falou da efetivação de repasse de benefícios, falando que alguns ganhavam muito e outros necessitados não ganhavam, concordando que muitas vezes o povo mal sabia sobre o que estava acontecendo. Se focaram em propostas já feitas, e também concordaram que as famílias não têm acompanhamento pelo CRAS, que o acompanhamento era feito pelo CCA ou SASF, e que o CRAS tinha a única função de cadastrar no CADU e mais nada. O último grupo falou sobre a busca de direitos se focando no mercado de trabalho para o jovem, como por exemplo, o jovem do CJ, que tem uma idade limite para uso do serviço, e que depois de atingida essa idade limite, fica a 'deus dará'. Foi criticada a mudança de gestão e secretaria, como se mudasse tudo, e falaram sobre a necessidade de maior articulação entre as secretarias. A assistência é vista, em muitos casos, como uma muleta, sem que outros setores sejam necessariamente atingidos. Uma fala do grupo foi que os benefícios deveriam ter algo atrelado, como fazer um curso profissionalizante, por exemplo. Para eles, o PRONATEC é um exemplo ideal, para que o benefício não deixasse a população cômoda, sendo necessário que não ganhassem os peixes, mas fossem ensinados a pescar, e não só por maldade, mas porque não sabiam como sair disso.

No fim, os representantes colocaram-se no centro do palco, falaram suas propostas, e houve votação e acertos para que todos se sentissem contemplados. Algumas pessoas optaram por juntar as propostas similares. No fim, os representantes de cada subgrupo se juntaram para fazer a redação das propostas em conjunto.

As propostas priorizadas foram:

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Municipal

- Fazer valer a meta 7 de aprimoramento que visa ampliar a cobertura da proteção social básica, aumento o número de CRAS, com a proporção de 1 CRAS para cada 5.000 famílias, com o RH previsto pelas diretrizes do MDS.
- Ampliação da rede de serviços socioassistenciais considerando diagnósticos territoriais que apontem as necessidades da população estabelecendo parcerias entre secretarias.

Estadual:

Fiscalizar as implantações dos equipamentos públicos / estaduais, conforme legislação vigente e o repasse de recursos para programas de transferência de renda federal.

Federal

Promover um sistema de informação integrado entre os serviços socioassistenciais diretos e indiretos possibilitando o monitoramento das famílias referenciadas.

O facilitador agradeceu a todos pela presença e pela participação, avisou que logo estariam vindo para a plenária, e que haveria um café no fim com certificado.

4.1.3 Quadro do instrumental Dimensão 1 – Propostas gerais

Dimensão 1- Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Fazer valer a meta 7 de aprimoramento que visa ampliar a cobertura da proteção social básica, aumento o número de CRAS, com a proporção de 1 CRAS para cada 5.000 famílias, com o RH previsto pelas diretrizes do MDS.	Estado: Fiscalizar as implantações dos equipamentos públicos / estaduais, conforme legislação vigente e o repasse de recursos para programas de transferência de renda federal.
Ampliação da rede de serviços socioassistenciais considerando diagnósticos territoriais que apontem as necessidades da população estabelecendo parcerias entre secretarias.	União: Promover um sistema de informação integrado entre os serviços socioassistenciais diretos e indiretos possibilitando o monitoramento das famílias referenciadas.

4.1.4 Quadro do instrumental Dimensão 1 – Encaminhado para o pleno

Dimensão 1- Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo

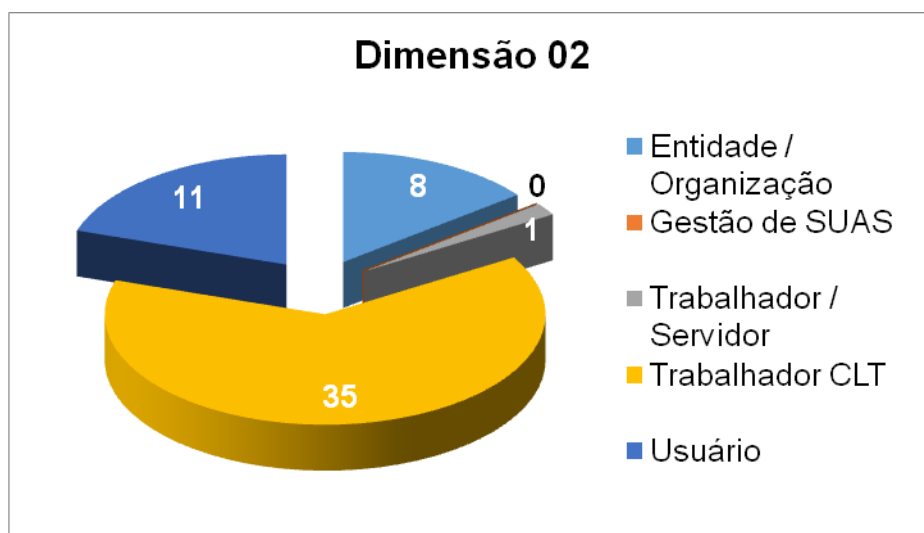
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Fazer valer a meta 7 de aprimoramento que visa ampliar a cobertura da proteção social básica, aumento o número de CRAS, com a proporção de 1 CRAS para cada 5.000 famílias, com o RH previsto pelas diretrizes do MDS.	Estado: Fiscalizar as implantações dos equipamentos públicos / estaduais, conforme legislação vigente e o repasse de recursos para programas de transferência de renda federal.
Ampliação da rede de serviços socioassistenciais considerando diagnósticos territoriais que apontem as necessidades da população estabelecendo parcerias entre secretarias.	União: Promover um sistema de informação integrado entre os serviços socioassistenciais diretos e indiretos possibilitando o monitoramento das famílias referenciadas.

4.2 Dimensão 2 - “Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS”

DIMENSÃO 2	Participação social como fundamento do Pacto Federativo SUAS
Facilitador (a)	Patrícia Alves de Mendonça
Relator (a)	José Alves da Rocha Filho

4.2.1 Participação

55 Participantes se inscreveram na Dimensão 2.



11h30 – Início das atividades em grupo

A facilitadora iniciou agradecendo a presença de todos e a apresentação do tema, fazendo referência a importância da discussão do tema e esclarecendo a metodologia a ser utilizada no dia de hoje. Acrescentou também a importância da utilização do microfone devido a gravação. Em seguida, iniciou a apresentação coletiva, com a descrição do nome e o segmento a ser representado.

A facilitadora perguntou quem já participou ou tinha conhecimento das conferências. Patrícia explicou como se dá o processo das conferências da assistência social, até mesmo fez referência aos anos anteriores e que os trabalhos

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

no dia de hoje serão no âmbito do plano decenal (10 anos) com a elaboração de diretrizes, diferente dos anos anteriores que normalmente seria de 2 em dois anos e que girava em torno de proposta. Passado esse momento, a facilitadora propõe a dinâmica Escuta por Minuto (Anexo 4), na qual cada dupla discute o que é **participação social**, em 2 minutos, sendo 1 minuto para cada participante falar e outro para ouvir.

A Patrícia faz alusão ao tema da dimensão em que participam e para que as duplas discutam mais 2 minutos sobre o tema **pacto federativo**, no mesmo formato da discussão do tema anterior. Em seguida mais um tema para a discussão das duplas sobre **controle social**, associando aos subtemas. Por fim coloca o último tema para as duplas sobre: **que fazer para fortalecer a participação social?**

Após esse momento, Patrícia abre para as duplas falarem a respeito dos temas nos quais discutiram. A primeira dupla ressaltou de como efetivar e potencializar o reconhecimento e a utilização do serviço pelo usuário. Outra dupla discorreu sobre o direito constitucional da utilização dos serviços. Surgiu também a importância da participação social na sociedade, não só o institucionalizado, porém as formas de participação social no cotidiano, como coletivo de pessoas, conferências, referendos e associações de bairros entre outros.

A relatora pergunta: *Como a assistência social está articulada e como está a participação social dentro dos serviços, bem como reuniões, grupos de pais, oficinas e também os espaços institucionais como (fóruns conselhos entre outros)?* Muitos dos participantes disseram que existe sim participação social nos diversos serviços e que estes atuam, e está bem articulada. Ressaltando que está muito positivo. Além dos conselhos de direitos que existem como Fas (Fórum de Assistência Social), conselho de saúde, transporte, resistência da juventude negra. Ressaltaram o seguinte problema, CMDCA e COMAS. Um integrante disse que a política manipula os serviços e discute a ideia de que seria necessário romper com essas duas instituições, pois as proposições são imposições de cima para baixo.

Dando continuidade aos trabalhos, a relatora levanta a questão do **pacto federativo**. Os participantes mencionam que pacto seria a união ou junção das esferas municipal e estadual, ou seja, uma complementaridade, porém isso inexistente segundo as falas dos participantes.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Em seguida é levantada por Patrícia a questão do **controle social**, que segundo os integrantes se dá por meio participação do cidadão, na gestão pública e o monitoramento acompanhamento e fiscalização seria das agências, conselhos que já existem: CNAS, ANTT, CMDCA, CNJ entre outros.

A facilitadora explica como seria a metodologia após o almoço, enfatizando a criação das 4 diretrizes.

No retorno do almoço, a facilitadora retomou a construção das diretrizes, reforçou a diferença entre demanda e diretriz. Após isso, se inicia a divisão a sala em quatro grupos para a formulação das diretrizes. Já em subgrupos os participantes leem as questões norteadoras, com a finalidade de facilitar no esclarecimento das ideias para formulação das diretrizes. Os grupos terão 40 min para a formulação das diretrizes.

No retorno da construção das diretrizes os grupos criaram e apresentaram as seguintes diretrizes:

1. Municipal: Dentro do acordo já existente, criar fiscalizar e garantir a participação dos trabalhadores e dos usuários nos conselhos, obs.: sem vínculos partidários.
2. Municipal: Garantir a representatividade da sociedade por meio da criação e fortalecimento dos fóruns regionais de assistência social
3. Municipal: Fortalecer o COMAS, com a participação efetiva da sociedade nas eleições onde a presidência seja somente pela sociedade civil, por meio de eleições descentralizadas garantindo a transparência e representatividade da sociedade por meio da criação e fortalecimento dos conselhos e fóruns regionais.
4. Municipal: Responsabilidade do poder público do município em divulgar os direitos do cidadão de forma clara e lúdica se utilizando de várias linguagens (teatro dança e música entre outras).
5. Municipal: Um espaço aberto para que os usuários possam expressar suas expectativas e demandas. Poderá utilizar qualquer tipo de linguagem (poema música e debates)
6. Municipal: Revista lúdica: Compilado explicativo dos direitos e do funcionamento do serviço da assistência social, utilizando palavras acessíveis para fácil entendimento.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

7. Municipal: Responsabilidade do poder público do município divulgar os direitos do cidadão de forma clara e intersecretarial.
 8. Estadual: Definir planos de metas do governo em consonância com as deliberações das conferências de assistência social.
 9. Estadual: Observatório de violação. Um núcleo para a escuta de violações cometidas pelo abuso da força policial. Que tenha legitimidade para medidas de reparação.
 10. Estadual: Criar um sistema que funcione como observatório de direitos violados. Por meio de um núcleo para escuta de violações de direitos cometidos pela violência institucional, que tenha legitimidade para ajuizar medidas de reparação de danos e proteção a vítima.
 11. Federal: Definir planos de metas do governo em consonância com as deliberações das conferências de assistência social.
 12. Federal: Compilado explicativo dos direitos e do funcionamento dos serviços da assistência social, utilizando palavras acessíveis para fácil entendimento
- As propostas escolhidas foram:

Municipal

- Fortalecer o COMAS, com a participação efetiva da sociedade nas eleições onde a presidência seja somente pela sociedade civil, por meio de eleições descentralizadas garantindo a transparência e representatividade da sociedade por meio da criação e fortalecimento dos conselhos e fóruns regionais.

- Responsabilidade do poder público do município em divulgar os direitos do cidadão de forma clara e lúdica se utilizando de várias linguagens (teatro dança e música entre outras).

Estadual

Criar um sistema que funcione como observatório de direitos violados. Por meio de um núcleo para escuta de violações de direitos cometidos pela violência institucional, que tenha legitimidade para ajuizar medidas de reparação de danos e proteção a vítima.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Federal

Definir planos de metas do governo em consonância com as deliberações das conferências de assistência social.

No final da elaboração das diretrizes, os grupos tiveram dificuldades para reescrever a diretriz que fala sobre o observatório de violação, pois da forma que estava escrita. Por fim foi reeditado e a facilitadora agradeceu a presença de todos.

15h45 - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

4.2.2 Quadro do instrumental Dimensão 2 – Propostas Gerais

Dimensão 2- Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS	
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Municipal: Dentro do acordo já existente, criar fiscalizar e garantir a participação dos trabalhadores e dos usuários nos conselhos, obs.: sem vínculos partidários.	Estadual: Definir planos de metas do governo em consonância com as deliberações das conferências de assistência social.
Municipal: Garantir a representatividade da sociedade por meio da criação e fortalecimento dos fóruns regionais de assistência social	Estadual: Observatório de violação. Um núcleo para a escuta de violações cometidas pelo abuso da força policial. Que tenha legitimidade para medidas de reparação.
Municipal: Fortalecer o COMAS, com a participação efetiva da sociedade nas eleições onde a presidência seja somente pela sociedade civil, por meio de eleições descentralizadas garantindo a transparência e representatividade da sociedade por meio da criação e fortalecimento dos conselhos e fóruns regionais.	Estadual: Criar um sistema que funcione como observatório de direitos violados. Por meio de um núcleo para escuta de violações de direitos cometidos pela violência institucional, que tenha legitimidade para ajuizar medidas de reparação de danos e proteção a vítima.
Municipal: Responsabilidade do poder público do município em divulgar os direitos do cidadão de forma clara e lúdica se utilizando de várias linguagens (teatro dança e música entre outras).	Federal: Definir planos de metas do governo em consonância com as deliberações das conferências de assistência social.
Municipal: Um espaço aberto para que os usuários possam expressar suas expectativas e demandas. Poderá utilizar qualquer tipo de linguagem (poema música e debates)	Federal: Compilado explicativo dos direitos e do funcionamento dos serviços da assistência social, utilizando palavras acessíveis para fácil entendimento
Municipal: Revista lúdica: Compilado explicativo dos direitos e do funcionamento do serviço da assistência social, utilizando palavras acessíveis para fácil entendimento.	
Municipal: Responsabilidade do poder público do município divulgar os direitos do cidadão de forma clara e intersecretarial.	

4.2.4 Quadro do instrumental Dimensão 2 – Encaminhado para o Pleno

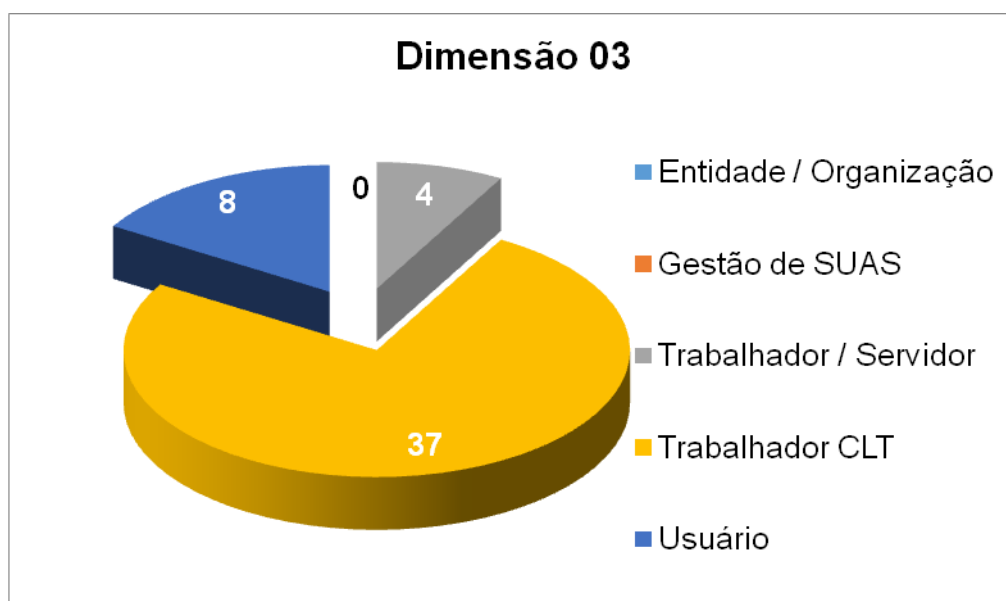
Dimensão 2- Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS	
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Fortalecer o COMAS, com a participação efetiva da sociedade nas eleições onde a presidência seja somente pela sociedade civil, por meio de eleições descentralizadas garantindo a transparência e representatividade da sociedade por meio da criação e fortalecimento dos conselhos e fóruns regionais.	Estadual: Criar um sistema que funcione como observatório de direitos violados. Por meio de um núcleo para escuta de violações de direitos cometidos pela violência institucional, que tenha legitimidade para ajuizar medidas de reparação de danos e proteção a vítima.
Responsabilidade do poder público do município em divulgar os direitos do cidadão de forma clara e lúdica se utilizando de várias linguagens (teatro dança e música entre outras).	Federal: Definir planos de metas do governo em consonância com as deliberações das conferências de assistência social.

4.3 Dimensão 3 – “Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo”

DIMENSÃO 3	Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo
Facilitador (a)	David Ohannes Berziganian
Relator (a)	Juliana Da Silva Henrique

4.3.1 Participação

49 participantes se inscreveram na Dimensão 3



4.3.2 Relatoria

11h40 - início das atividades em grupo

Depois da apresentação do Facilitador, foi solicitado que os participantes fizessem uma breve apresentação. Dentre os participantes estavam presentes usuários e servidores do CCA Jd dos Reis, NPJ M Boi Mirim, SPBB, Rainha da Paz, Paranapanema (muitos deles), Hospital Campo Limpo, NCI, Aracati, Conselho municipal do Idoso, CRAS M Boi Mirim, CCA, N. Sra. De Fátima.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

O facilitador retomou rapidamente a explicação dada pela palestrante sobre a diretriz em relação à dimensão número três. Leu e problematizou a necessidade de primazia da responsabilidade do Estado no que se refere à Assistência Social para a proposta do plano decenal. O facilitador explicou didaticamente qual o objetivo da atividade e o caráter da proposta que precisa ser desenvolvida durante a atividade.

O facilitador usou o método Escuta por Minuto (Anexo 4) a fim de incentivar que os participantes mantivessem silêncio enquanto as outras pessoas estivessem falando. Formou duplas nas quais eles deveriam conversar entre si por um minuto sobre o que intendiam por Assistência Social. O facilitador propôs que os participantes pensassem sobre quem deveria ser responsabilizado pela Assistência Social, se este era um papel do poder público, da União, do estado ou do município. A ideia era que eles pudessem respeitar as falas durante a atividade coletiva e exercitassem a prática da escuta.

Após a dinâmica de grupo, foi solicitado que os participantes expusessem quais foram as coisas mais interessantes que eles ouviram dos outros membros do grupo. Uma participante problematizou a necessidade de divisões mais específicas das competências de cada um dos poderes, tornando-se um jogo de empurra-empurra.

Outras participantes falaram sobre a necessidade de trabalho em conjunto e o estabelecimento de parcerias. Participante lembrou a diferença entre assistência e assistencialismo, vinculando a necessidade da assistência ser pensada como um direito. É preciso reverter a imagem de que as pessoas assistidas socialmente são culpadas por sua condição. A assistência social não é uma ajuda pessoal e sim um trabalho de servidores que cumprem com a garantia do direito dos cidadãos. Uma das participantes fala sobre a questão dos recursos repassados para a assistência social. Houve um questionamento sobre a especificidade do papel da assistência social dentre os demais direitos tais como a saúde e a previdência. Uma das servidoras do Hospital Campo Limpo relata a falta de assistência aos moradores de rua, havendo uma dificuldade de atendimento e de medidas efetivas de reinserção e reintegração social.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

A questão da moradia foi levantada em seu âmbito histórico, retomando o momento de escravidão e as desigualdades que reverberam no imaginário da população que acaba se espalhando para a visão sobre a falta de direitos e o não reconhecimento da Assistência Social.

A atividade foi interrompida para informar aos membros do grupo sobre os procedimentos no horário de almoço.

Retomando a atividade, o facilitador pede para que os membros do grupo peguem o bloco de anotações que eles receberam no credenciamento. Pede para que eles usem as folhas para escreverem quais seriam as diretrizes que eles sugeririam para serem incorporadas ao plano decenal. Quais são as falhas do sistema público que precisam ser melhoradas, com relação à primazia do estado (tema da dimensão número 3).

Depois de esperar que os participantes escrevessem suas propostas, o facilitador solicitou que discutissem em duplas as suas ideias e retomassem as discussões em subgrupos formados por quatro pessoas, incentivando que eles discutissem, se escutassem e elaborassem propostas conjuntas.

As atividades foram interrompidas novamente para avisar aos participantes sobre o horário de almoço.

Uma usuária aproveitou a interrupção para informar os demais membros do grupo sobre o problema que houve ontem uma usuária do SUS em situação de risco para reforçar a necessidade de um olhar mais atento para os indivíduos e a necessidade de mais amor para pensar o papel da Assistência Social.

Retomando a atividade, o facilitador diminuiu a quantidade de subgrupos, formando 5 conjuntos compostos por 8 pessoas cada. Os participantes discutiram entre si a melhor forma de apresentarem as propostas, tentando estabelecer prioridades. Em um dos grupos, as discussões passaram muito por tentar solucionar os problemas em relação a descontinuidade do atendimento que acabam se desdobrando em uma constante falta de assistência que se estendem por toda a vida.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

A pausa para o almoço iniciou-se às treze horas e o retorno ocorreu às quatorze horas. As pessoas presentes na sala foram divididas em dois subgrupos. O facilitador retomou as atividades pedindo para que as ideias elaboradas e escritas coletivamente sejam compartilhadas nos subgrupos para que depois elas sejam esquematizadas na lousa e finalmente discutidas com todos os participantes.

Em um dos subgrupos os participantes levantaram questões em relação a necessidade de uma melhor divulgação da informação sobre os serviços de assistência social disponíveis e de direito da população. Pensaram na necessidade de informar a população sobre a finalidade de todos os serviços oferecidos, como eles fazem para ter acesso, havendo inclusive casos de desistência pela falta de informação suficiente.

Após das discussões construídas nos subgrupos, todos os membros foram novamente reunidos e as propostas elaboradas foram coladas na lousa para facilitar a visualização e esquematização das ideias.

- Assistência social mais clara para população através de um plano de comunicação. Diretrizes referente aos usuários
- Acompanhar os usuários até a emancipação
- Criação de pp para moradores de rua
- Ampliação de proteção básica
- Recursos eventuais
- Rever BPC no contexto familiar / cuidadores
- Ampliação de investimento capital humano
- Investimento nos funcionários, com plano de carreira
- Substituição do termo de usuário NCI (Núcleo de Convivência de Idosos)
- Criar um plano de comunicação para assistência que informe a população sobre o significado e os serviços prestados por cada uma das siglas
- Valorização dos profissionais através de planos de carreira, recursos eventuais.
- Não terceirização, fim dos convênios e serviços prestados somente pelas ONGs, dando prioridade aos funcionários diretos contratados pelo convênio
- Que a política de Assistência social seja feita diretamente pelo Estado.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

A primeira diretriz ficou para ser reduzida a uma duas redações seguintes: “Ampliar a rede sócio-assistencial operacionalizada diretamente pelo Estado” ou “Maior participação do poder público na execução direta dos serviços e ampliação da rede sócio-assistencial.”

Sobre a ampliação do investimento do capital humano, capacitação, investimento em salário Investimento na valorização dos trabalhadores da Assistência com plano de carreira, surgiu a dúvida se esta questão não estava mais vinculada à dimensão número 4.

Houve uma discussão sobre a existência ou não de leitos específicos para deficientes físicos em situação de rua.

Novas propostas surgiram:

1. Criação de políticas públicas direcionadas para moradores de ruas com deficiência física
2. Fortalecimento da integração entre as políticas públicas sociais (Assistência Social, Saúde, Educação).
3. Garantia de orçamento mínimo de 5% para a Assistência Social.
4. Estender os benefícios dos cuidadores levando em consideração o contexto familiar.

Dentre todas as propostas, foram escolhidas como diretrizes para votação:

1. Maior participação do poder público na execução direta dos serviços e ampliação da rede sócio-assistencial. MUN
2. Substituição do nome que atualmente usam para quem frequenta o NCI (RETIRADO)
3. Sistema de acompanhamento do usuário até sua emancipação MUN
4. BPC atrelado ao contexto familiar / cuidadores
5. Ampliação do recurso de benefícios eventuais MUN
6. Garantia de orçamento mínimo de 5% para a Assistência Social. EST
7. Fortalecimento da integração entre as políticas públicas sociais (Assistência Social, Saúde, Educação). ESTADO

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

8. Investimento na valorização dos trabalhadores da Assistência Social (CLT) plano de carreira, formação continuada e salário. FED
9. Necessidade de tornar a Assistência Social mais próxima e clara para a população promovendo a divulgação dos serviços existentes na comunidade bem como um esclarecimento referente ao SAS por meio da construção de um plano de comunicação. FED
10. Participação dos trabalhadores (SUAS) a nível municipal nas elaborações da Política Pública da Assistência Social.
11. Criação de Políticas Públicas para moradores de rua com debilidade física e/ou deficientes.

Através de votação foram escolhidas como as diretrizes representantes da dimensão número 3:

Municipal

- Garantia da participação dos trabalhadores (SUAS) a nível municipal nas elaborações da Política Pública da Assistência Social.
- Participação dos trabalhadores (SUAS) a nível municipal nas elaborações da Política Pública da Assistência Social.

Estadual

Garantia de orçamento mínimo de 5% para a Assistência Social.

Federal

Necessidade de tornar a Assistência Social mais próxima e clara para a população promovendo a divulgação dos serviços existentes na comunidade bem como um esclarecimento referente ao SAS por meio da construção de um plano de comunicação.

Por fim, o facilitador fez uma dinâmica com todos os participantes em roda para que eles pensassem sobre a energia trocada entre todos os membros.

4.3.3 Quadro do instrumental Dimensão 3 – Propostas Gerais

Dimensão 3 - Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Maior participação do poder público na execução direta dos serviços e ampliação da rede sócio-assistencial. MUN	Garantia de orçamento mínimo de 5% para a Assistência Social. EST
Substituição do nome que atualmente usam para quem frequenta o NCI (RETIRADO)	Fortalecimento da integração entre as políticas públicas sociais (Assistência Social, Saúde, Educação). ESTADO
Sistema de acompanhamento do usuário até sua emancipação MUN	Investimento na valorização dos trabalhadores da Assistência Social (CLT) plano de carreira, formação continuada e salário. FED
BPC atrelado ao contexto familiar / cuidadores	Necessidade de tornar a Assistência Social mais próxima e clara para a população promovendo a divulgação dos serviços existentes na comunidade bem como um esclarecimento referente ao SAS por meio da construção de um plano de comunicação. FED
Ampliação do recurso de benefícios eventuais MUN	Criação de Políticas Públicas para moradores de rua com debilidade física e/ou deficientes.
Participação dos trabalhadores (SUAS) a nível municipal nas elaborações da Política Pública da Assistência Social.	Fortalecimento da integração entre as políticas públicas sociais (Assistência Social, Saúde, Educação).

4.3.4 Quadro do instrumental Dimensão 3 – Encaminhado para o Pleno

Dimensão 3 - Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

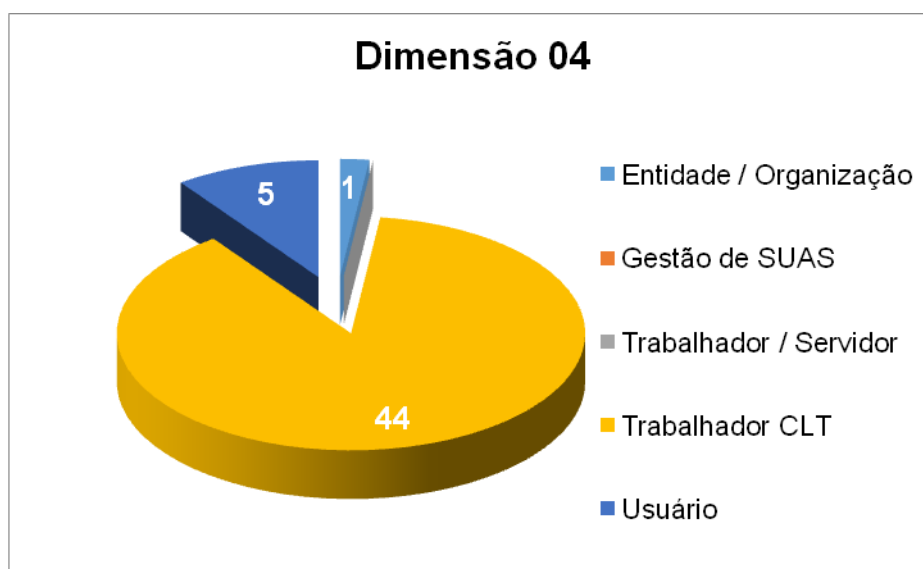
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Garantia da participação dos trabalhadores (SUAS) a nível municipal nas elaborações da Política Pública da Assistência Social.	Estado: Garantia de orçamento mínimo de 5% para a Assistência Social.
Participação dos trabalhadores (SUAS) a nível municipal nas elaborações da Política Pública da Assistência Social.	União: Necessidade de tornar a Assistência Social mais próxima e clara para a população promovendo a divulgação dos serviços existentes na comunidade bem como um esclarecimento referente ao SAS por meio da construção de um plano de comunicação.

4.4 Dimensão 4 – “Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo”

DIMENSÃO 4	Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo
Facilitador (a)	Milena Klinke
Relator (a)	Cristiane Hypolito

4.4.1 Participação

50 participantes se inscreveram na Dimensão 4.



4.4.2 Relatoria

11h25 – Início das atividades em grupo

Facilitadora dá as boas vindas, explica sobre a dimensão 4, explica a diferença de outras conferências porque aqui faremos um planejamento para os próximos 10 anos. Pede que cada um se apresente dizendo o nome, o segmento e se já participou de alguma conferência, dos participantes 11 estão participando pela primeira vez. A facilitadora expõe sobre a dimensão 4, pede que no começo os participantes

Trabalhadora do CCA diz que na região falta bastante capacitação, que também diferem de um segmento para outro.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Participante fala sobre a qualificação dos trabalhadores para melhorar atender o usuário e ressalta que é necessário diminuir o número de usuários que cada profissional atende.

Participante fala sobre a necessidade de capacitar os trabalhadores sobre o SUAS e suas normatizações

Participante reafirma sobre número grande de atendimento pelo profissional, no seu caso, atende de 15 a 20 adolescentes em média no serviço sócio educativo

Outro participante ressalta a falta de tempo dos trabalhadores para capacitação. Outro participante fala sobre a qualidade do trabalho, que muitos serviços não oferecem boas condições no próprio ambiente, afirma que os trabalhadores estão também com seus direitos violados.

Outro participante fala sobre o perfil do trabalhador do serviço social, acredita que a maioria dos profissionais foram para a área porque se sentiram incomodados com a realidade. Destaca que os trabalhadores não têm reconhecimento, principalmente os que estão ligados as ONGs.

Conferencista comenta sobre a qualificação de aperfeiçoamento e valorização dos profissionais e afirma que a verba não é suficiente para contratar profissionais que já tenham uma formação que seria necessária para o atendimento. Outro conferencista fala sobre a capacitação no Criança é Vida que é aberto a todas as entidades.

Conferencista fala que os Fóruns tem sido um espaço importante e que o poder público não tem colaborado.

Conferencista fala sobre a dificuldade de mandar um profissional fazer a capacitação porque não tem como substituí-los no cotidiano.

Outro participante do segmento servidor fala sobre os cursos que são oferecidos, mas que existe um grande problema de comunicação e que compreende a falta de participação pelos trabalhadores por não ter estrutura.

Outro participante fala sobre o grande problema de tirar um profissional que atende 60 adolescentes porque não tem substituto.

Outro participante fala sobre a falha de comunicação, que os e-mails são repassados por vários setores até chegar no serviço e isso também dificulta a organização. Ressalta que isso deve ser pensada como uma diretriz.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Conferencista fala que muitos serviços nem souberam das capacitações e estão registradas 8 mil pessoas inscritas na região de M'Boi, afirma também que muitas capacitações não têm qualidade, e são assuntos burocráticos bem distantes da realidade local.

Conferencista servidor percebe as falhas de comunicação existentes e reforça que tem ciência sobre a falta de RH nos serviços.

Conferencista fala sobre a possibilidade de formar de planejamento anual de capacitação. Servidora fala que algumas capacitações podem ser planejadas e outras surgem por oferta de parcerias.

Conferencista fala sobre a realidade dos serviços que existe uma impossibilidade dos trabalhadores participarem por falta de tempo e não por falta de desejo. Ressalta que faltam profissionais; como assistentes sociais, psicólogo, pedagogos e que como orientador sócio educativo acaba fazendo essa função sem ter condições. Afirma que esse deve ser o ponto principal da diretriz: o aumento do RH.

Conferencista fala sobre falta de valorização do profissional; Conferencista falta de formação e reconhecimento dos sócio-educadores como uma profissão; Conferencista fala que para contratação do sócio-educador na resolução CNAS de 2009 o nível exigido era superior e em 2013 passou a exigência de nível médio.

Participante fala que os psicólogos e assistentes sociais são contratados como técnicos sociais, dessa forma não podem exercer o atendimento e não são cumpridos diretos como no caso do assistente social que tem a carga horária ultrapassada nas 30 horas, quando contratado como técnico.

Participante fala que a grande questão é o baixo orçamento que impossibilita o aumento de RH.

Participante fala sobre sugestão de que a tipificação poderia ser realizada a partir de numero de habitantes, que o município é muito diferente de outros locais principalmente pela extensão e ter cuidado para não aparentar que quer tirar os recursos do interior.

Participante fala sobre a nomenclatura na contratação que não respeita os direitos de cada categoria de profissional.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Facilitadora explica sobre a diferença entre demanda e diretriz, que isso deve ser pensado junto com tudo que já foi refletido e após o almoço retornaremos para redigir.

Na volta do almoço, facilitadora anota as prioridades que foram discutidas:

- Formação específica e em relação ao SUAS para todos profissionais e usuários (diferenciação entre organização e público)
- Descentralização da formação e capacitação
- Qualidade – Qualificação
 - Número de profissionais (quadro de RH)
 - Estrutura nos serviços
 - Multidisciplinariedade
 - Cuidar do cuidador
- Profissões – reconhecimento – tipificação
- Comunicação/Divulgação de ofertas de formação e estrutura / organização / planejamento
- Tipificação nacional por número populacional
- Política nacional de educação permanente
- Orçamento/recursos

A partir destes tópicos, a facilitadora pergunta ao grupo sugestões para trabalhar a redação do texto. O grupo faz uma pequena divisão dos tópicos em Municipal, Estadual, Federal. Por votação o grupo aprova esta forma de trabalho.

A facilitadora passa a escrever na lousa, com as sugestões do grupo e decidem começar com a diretriz federal, a partir de construção coletiva do texto os participantes aprovaram por votação.

No debate sobre a primeira diretriz, houve o consenso de que seria adotada a questão de valorização e remuneração. A construção do texto se deu coletivamente, a facilitadora escreveu na lousa e foi arrumando o texto conforme sugestões.

Na construção da segunda diretriz municipal, houve uma discordância entre incluir ou não o usuário, por votação foram contados 21 contra e 19 a favor. Na votação, foi aprovado o texto por contraste e houve 3 abstenções.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Municipal

- Valorizar todos os trabalhadores do SUAS, sociedade civil e poder público, a fim de promover condições dignas salariais e formação continuada conforme NOB/RH.
- Garantir o planejamento em conjunto aos serviços e o poder público local/regional, tendo em vista as especificidades de cada região e serviço na divulgação e oferta de formação dos trabalhadores do SUAS.

Estadual

Efetivar o repasse de recursos para garantir a qualificação dos trabalhadores e consequentemente a qualidade dos serviços e dos trabalhadores do SUAS.

Federal

Garantir a qualificação do trabalho por meio da reformulação da tipificação nacional referente a dotação orçamentária para garantia prioritária do quadro de RH, respeitando a multidisciplinariedade das equipes, formação e qualificação contínua aos profissionais e estrutura dos serviços, levando em consideração ao número populacional de cada município.

15h50 - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

Quadro do instrumental Dimensão 4 – Propostas Gerais

Dimensão 4 - Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Formação específica e em relação ao SUAS para todos profissionais e usuários (diferenciação entre organização e público)	Comunicação/Divulgação de ofertas de formação e estrutura / organização / planejamento
Descentralização da formação e capacitação	Tipificação nacional por número populacional
Formação específica e em relação ao SUAS para todos profissionais e usuários (diferenciação entre organização e público)	Política nacional de educação permanente
Profissões – reconhecimento – tipificação	Orçamento/recursos

4.4.3 Quadro do instrumental Dimensão 4 – Encaminhado para o Pleno

Dimensão 4 - Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo

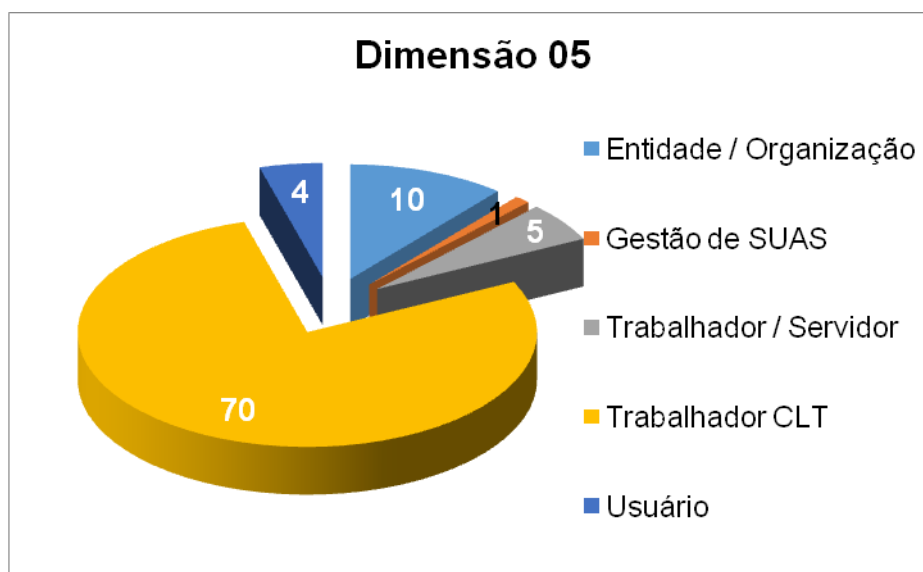
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Valorizar todos os trabalhadores do SUAS, sociedade civil e poder público, a fim de promover condições dignas salariais e formação continuada conforme NOB/RH.	Estado: Efetivar o repasse de recursos para garantir a qualificação dos trabalhadores e consequentemente a qualidade dos serviços e dos trabalhadores do SUAS.
Garantir o planejamento em conjunto aos serviços e o poder público local/regional, tendo em vista as especificidades de cada região e serviço na divulgação e oferta de formação dos trabalhadores do SUAS.	União: Garantir a qualificação do trabalho por meio da reformulação da tipificação nacional referente a dotação orçamentária para garantia prioritária do quadro de RH, respeitando a multidisciplinariedade das equipes, formação e qualificação contínua aos profissionais e estrutura dos serviços, levando em consideração ao número populacional de cada município.

4.5 Dimensão 5 – “Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo”

DIMENSÃO 5	Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo
Facilitador (a)	Jefferson de Souza Santana e Cristiane da Costa Santos
Relator (a)	Brisa Serena Nascimento Guedes

4.5.1 Participação

90 participantes se inscreveram na Dimensão 5



4.5.2 Relatoria

11h29 – Início das atividades em grupo.

A facilitadora Cris Costa se apresentou e a equipe de trabalho, informando a dinâmica de apresentação de escuta por um minuto e do cronograma das atividades do grupo, sendo que após o almoço o grupo se dividiria em subgrupos e debateriam por tema. O facilitador Jeferson se apresentou e cumprimentou a todos os participantes, e agradeceu a presença de todos.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Ao término das apresentações, a facilitadora Cris fez a leitura do manual da conferência, especificamente da parte que compete a dimensão 5 e suas considerações.

No momento seguinte, os facilitadores propuseram que o grupo fizesse a dinâmica da escuta por minuto (Anexo 4) , para que pudessem se conhecer e debater os temas relacionados à dimensão cinco. Os participantes dialogaram em duplas, com um minuto para cada pessoa falar enquanto a outra escutava. Ao término da primeira atividade, o facilitador indagou ao grupo sobre as pautas que entraram na discussão em duplas. Temas como as dificuldades do cotidiano no trabalho e o dever do Estado surgiram, o facilitador pediu a os participantes que anotassem os pontos centrais que perpassaram pelo dialogo em duplas e o que poderia se tornar uma diretriz para a política de assistência social.

Uma das participantes que demonstrou disposição para a fala, ao ser abordada pelo facilitador com o microfone, relatou que não gostaria de falar porque não desejava que o poder público manipulasse o debate. Outra participante fez uma fala destacando a responsabilidade da elaboração das diretrizes para o plano decenal para o SUAS. Uma das participantes se apresentou e relatou ao grupo o quanto a assistência pode ajudá-la a tomar dimensão dos seus direitos e que essa era uma das maiores necessidades das pessoas. Outra participante fez uma colocação afirmando que a maior demanda do território é o aumento da oferta de serviços, em especial os CCIs, CCAs, CJs (proteção básica).

O facilitador ressaltou que a elaboração das diretrizes era uma tarefa difícil e que não se poderia pensá-la de forma que ela seria implementada num curto período de tempo, mas sim demandaria muito mais tempo e que seria necessário pensar neste tempo no momento da elaboração das diretrizes.

Uma das participantes, representante do poder público, colocou ao grupo que a maior demanda da região era a implantação de CRAS e serviços da proteção básica, e que a assistência social não mantinha um alcance para a maior parte da população. Outra participação pontuou que havia a demanda por mais serviços, porém não haviam imóveis para abrigar os serviços nas extremidades da cidade. Um dos participantes colocou que a assistência deveria criar serviços que chegam até os usuários que ainda não tem conhecimento sobre os serviços de assistência. Uma das participantes, colocou ao grupo que o foco na elaboração das diretrizes deveria

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

estar nos princípios do SUAS, e o quanto o fato de que as pessoas não reconhecem a política de assistência como um direito, e sim como caridade, e que a discussão do grupo não poderia ser pautada nas demandas locais, como implementação de CRAS, e sim em desafios maiores, como pensar nas responsabilidades comuns e na capacidade política da população.

Outro conferente ressaltou que o poder público e a sociedade civil tem como desafio efetivar o SUAS nos próximos dez anos, e que na ausência do Estado as organizações de poder paralelo tomaram espaço nas regiões abandonadas pelo Estado. Uma das participantes pontuou que a maior dificuldade da assistência é a NOB/RH, e como pertencente ao poder público ela se sentia sobrecarregada e que era uma dificuldade que deveria ser uma das prioridades do grupo pautar este ponto como diretriz. Outra participante reforçou a fala da última, e acrescentou que este problema era uma demanda da cidade de São Paulo. A participante que falou subsequentemente reafirmou a fala das últimas participantes, acrescentando que havia um vazio na atuação da população diante da política pública, sendo que os espaços de conferência eram muito escassos e insuficientes para consolidar a participação da população. Complementando a fala das últimas participantes, uma conferente, do segmento de usuários, reafirmou as colocações das últimas falas, explanando sobre as dificuldades individuais que a mesma tinha em relação aos serviços.

O facilitador retomou a fala, ao término das colocações feitas pelos participantes, propuseram ao grupo que ele se dividisse em quatro subgrupos, e informou que havia feito anotações em tarjetas para indicar os pontos mais objetivos em relação as falas dos participantes, atentando o grupo da escassez do tempo e da tarefa do grupo de elaborar as quatro prioridades e seu direcionamento a cada ente. Orientou que os participantes discorressem livremente sobre os temas que surgiriam, tendo como norte as perguntas presentes no manual na parte correspondente a dimensão cinco, e que cada grupo deveria tentar elaborar as quatro prioridades, informou ao grupo que o término da primeira roda de conversa nos subgrupos se findaria às 13:00 para o intervalo para o almoço. Orientou aos grupos que não fizessem debates paralelos e sim ao seu grupo.

Nas discussões dos grupos foram levantados pontos como: divulgação do SUAS; consolidação da identidade; direitos trabalhistas; parceria do poder público

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

com a sociedade; a divulgação como papel do município; padronização dos cargos conforme o SUS; falta de uniforme; atendimento dos CRAS/CREAS correspondente a cem mil pessoas; prazo para liberação de benefícios; inviabilidade da busca ativa; capacitação dos trabalhadores pelo CRAS; equidade para todos os serviços; aumentar a oferta em relação ao número de usuários atendidos; realização de uma busca ativa; aumento dos concursos públicos; aumento dos serviços conforme a demanda; ampliação de serviços já existentes; ampliação de convênios, qualificar os já existentes e rever as diretrizes para o acesso dos usuários ao serviço enquanto garantias institucionais. Um dos desafios encontrados para expansão da Proteção Básica rumo a 2026 é: propor a criação de leis regulamentando e desburocratizando a ocupação fundiária para implantação dos serviços compactuados e consolidados pelas políticas públicas.

Ao término dos subgrupos de conversa, os facilitadores pediram que os participantes redigissem as propostas em tarjetas para serem apresentadas a todo o grupo, foram apresentadas as seguintes propostas de diretrizes:

Grupo 01

Rever as diretrizes para o acesso dos usuários ao serviço enquanto garantias institucionais. (Federal)

Grupo 02

Ampliação do número de CRAS e CREAS como preconiza o SUAS num prazo de cinco anos. Garantindo a divulgação de políticas e formação continuada dos trabalhadores.

Grupo 03

1. Garantia de mais verba federal para o fundo de desenvolvimento social no Brasil.
2. Aumentar o número de serviços socioassistenciais no estado.
3. Plano de divulgação dos serviços.
4. Formação profissional para os trabalhadores do SUAS.

Grupo 04

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

1. Investir em formação profissional para todos os serviços da assistência.
2. Ampliação do reconhecimento por parte do usuário a partir da contratação de mais profissionais e mais investimentos nos serviços.
3. Estabelecer diretrizes para conciliar secretarias em posse/desburocratizando
4. Ampliação de convênios com um olhar de articulação em posse.

Ao término das apresentações das propostas, os facilitadores agruparam as propostas semelhantes por tema, os temas foram: Ampliação dos CRAS e CREAS; Ampliação do quadro de RH; Qualificação dos trabalhadores; Desburocratização do acesso aos serviços.

Alguns participantes fizeram a defesa das propostas, os facilitadores alertaram o grupo sobre a importância de redigir o texto das diretrizes, para que elas não sejam “barradas” na apresentação. Outros participantes relataram se sentirem contemplados em propostas apresentadas por outro grupo (no caso das aproximações por tema). No momento de redigir as propostas, novas propostas surgiram e o debate se alongou. Uma das propostas que surgiram foi: Parceria efetiva do poder público e sociedade civil. Uma das conferentes sugeriu que fosse feita uma moção para esta questão para que outras propostas de diretrizes pudessem ser apresentadas.

O facilitador perguntou ao grupo se não haveria nenhuma prioridade destinada a instância estadual, pois haviam apenas propostas municipais e federais, passando a responsabilidade para o grupo. As principais propostas levantadas foram:

1. O orçamento compatível para efetivar a política de assistência social no mínimo de 5% do orçamento da cidade sem agregar os benefícios.
2. Efetivar a publicização de serviços socioassistenciais.
3. Criação de uma lei
4. Ampliação do número de CRAS e CREAS e serviços da rede socioassistencial, como preconiza o SUAS, garantindo o quadro de RH conforme a Nob/RH num prazo de cinco anos investindo na formação continuada dos trabalhadores sociais com ampla divulgação da política de assistência social.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

O grupo demonstrou muita dificuldade em ter consenso sobre as propostas de diretrizes no momento em que foram redigidas. A facilitadora Cris fez uma proposição após dois participantes debaterem, e o grupo se sentiu contemplado. O facilitador Jeferson propôs ao grupo que passasse uma proposta de municipal para estadual. Uma das participantes reforçou a necessidade de atribuir uma prioridade para o estado. Outra participante propôs ao grupo que o grupo elaborasse uma prioridade para estado pensando em intersetorialidade. O grupo continuou debatendo, sem entrar em um consenso.

As propostas finais selecionadas foram:

Municipal

- Garantir transporte aos usuários dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal.
- Garantia da oferta de serviços e equipamentos socioassistenciais, possibilitando parcerias com outros equipamentos e desburocratizando as exigências fundiárias para novas instalações, em curto a médio prazo.

Estadual

Dotar o orçamento de no mínimo 7% do Estado para a política de Assistência Social, repassada aos municípios de acordo com o número de habitantes e o fim das emendas parlamentares como preconiza o SUAS.

Federal

Garantia de no mínimo 5% de verba federal para o fundo de Assistência e Desenvolvimento Social.

15h50 - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

4.5.3 Quadro do instrumental Dimensão 5 – Propostas Gerais

<p>Dimensão 5 - Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo</p>

<p>Prioridades para o Município</p>	<p>Prioridades para o Estado e União</p>
<p>Ampliação do número de CRAS e CREAS como preconiza o SUAS num prazo de cinco anos.</p>	<p>Rever as diretrizes para o acesso dos usuários ao serviço enquanto garantias institucionais. (Federal)</p>
<p>Aumentar o número de serviços socioassistenciais no estado.</p>	<p>Garantia de mais verba federal para o fundo de desenvolvimento social no Brasil.</p>
<p>Plano de divulgação dos serviços.</p>	<p>Estabelecer diretrizes para conciliar secretarias em posse/desburocratizando</p>
<p>Formação profissional para os trabalhadores do SUAS.</p>	<p>O orçamento compatível para efetivar a política de assistência social no mínimo de 5% do orçamento da cidade sem agregar os benefícios.</p>
<p>Ampliação de convênios com um olhar de articulação em posse.</p>	
<p>Garantir transporte aos usuários dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal.</p>	

4.5.4 Quadro do instrumental Dimensão 5 – Encaminhado para o Pleno

Dimensão 5 - Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Garantir transporte aos usuários dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal.	ESTADUAL - Dotar o orçamento de no mínimo 7% do Estado para a política de Assistência Social, repassada aos municípios de acordo com o número de habitantes e o fim das emendas parlamentares como preconiza o SUAS.
Garantia da oferta de serviços e equipamentos socioassistenciais, possibilitando parcerias com outros equipamentos e desburocratizando as exigências fundiárias para novas instalações, em curto a médio prazo.	UNIÃO – Garantia de no mínimo 5% de verba federal para o fundo de Assistência e Desenvolvimento Social.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

5. Plenária Final

16h10 – Início da Plenária Final.

O Coordenador da Comissão Organizadora Central, presidindo a mesa, anunciou estarem presentes 391 (trezentos e noventa e um) votantes e solicitou votação para remanejamento de vaga de Delegados, que foi aprovada em plenária para o segmento de usuários.

5.1 Moções

Deu-se então início à leitura e aprovação das Moções da **Conferência Regional de Assistência Social de Rosa de M'Boi Mirim**, que foram as seguintes:

<u>Moção 1 – de Propositura</u>		
Manifesto: Propomos aos participantes e delegados a valorização do trabalhador do SUAS, reconhecendo o trabalho insalubre. Por isso propomos o trabalho da rede básica e especial no período de 30 horas semanais sem redução e valores.		Aprovada com 25 assinaturas
<u>Moção 2 – de Repúdio</u>		
Manifesto: de Repúdio ao SMADS - Contra o baixo número de profissionais que atendem no CRAS e CREAS, a falta de RH, sobrecarga a equipe, gera insegurança impedindo um trabalho de qualidade. Que haja concurso público para que esses espaços sejam qualificados conforme preconiza o SUAS.		Aprovada com 28 assinaturas
<u>Moção 3 – de Propositura</u>		
Manifesto: Revisão da Portaria dos NCIs (Núcleo de Convivência do Idoso), no que tange à carga horária de 4 horas. Propomos que o serviço atenda em período integral (08 horas), atendendo o número máximo de 120 atendidos. Propor carga horária Assistência Social (geral) 6 horas.		Aprovada com 33 assinaturas

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

<u>Moção 4 – de Apoio</u>		
<p>Manifesto: A presidenta do COMAS-SP que foi citada na resposta do CONSEAS a moção de repudio do COMAS-SP. Lamentamos a falta de visão do CONSEAS ao atribuir a figura da Presidenta a responsabilidade de permitir ou não a manifestação do conselho; Já que o COMAS-SP não se reduz a uma única pessoa e sim ao coletivo da sociedade civil e poder público cujas ações são geridas e respeitadas em um processo democrático.</p>		Aprovada com 28 assinaturas
<u>Moção 5 – de Propositura</u>		
<p>Manifesto: Que as conferências retomem suas origens sendo um espaço efetivo de participação social com apontamento das demandas da sociedade e o permanente acompanhamento de suas deliberações.</p>		Aprovada com 26 assinaturas
<u>Moção 6 – de Propositura</u>		
<p>Manifesto: Propomos que em futuras conferencias; o cerimonial, discursos e aprovação do regimento interno sejam mais curtos ofertando assim amis tempo para os trabalhos nos grupos e geração de propostas.</p>		Aprovada com 20 assinaturas
<u>Moção 7 – de Apoio</u>		
<p>Manifesto: A estrutura de credenciamento, alimentação e organização da pré-conferência de M'Boi Mirim.</p>		Aprovada com 28 assinaturas
<u>Moção 8–de Repúdio</u>		
<p>Manifesto: Manifesto de repudio pela ingerência do Poder Público nas organizações. Nós participantes da Conferência Regional de M'Boi Mirim repudiamos a ingerência do Poder Público nos trabalhos e organizações sociais. Ser parceiro é ser valorizado na emenda do feriado (direito já garantido na Educação, Saúde e outras parcerias); criar uma relação de confiança e não apenas de fiscalização pura; é garantir o acesso dos usuários aos serviços facilitando o fluxo de atendimento, é ainda valorizar o trabalhador da entidade como de fato, trabalhador do SUAS, não tendo que constantemente que refazer relatórios por exemplo.</p>		Aprovada com 26 assinaturas

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Moção 9 – de Repúdio		
Manifesto: A rede Sócio Assistencial de M'Boi Mirim se posiciona contra a redução da Maioridade Penal e qualquer retrocesso referente ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).		50 assinaturas
Moção 10–de Repúdio		
Manifesto: Nós trabalhadores, usuários e organizações sociais repudiamos o genocídio da juventude principalmente a negra das periferias de São Paulo.		Aprovada por contraste com 28 assinaturas
Moção 11–de Repúdio		
Manifesto: Moção de repúdio pela deliberação - CONSEAS/013/2015 do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo - CONSEAS/SP (ano 2015). DESTINATÁRIOS: instâncias de governo Federal, Estadual e Municipal Nós participantes da Conferência Regional de Assistência Social da Região de M'Boi Mirim, manifestamos nossa indignação e repúdio à distribuição de vagas do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo – CONSEAS/SP, com a cessão de 10 vagas para participação do município de São Paulo na X Conferência Estadual de Assistência Social, conforme regulamentação publicada na Deliberação CONSEAS/013/2015, desconsiderando que a Capital é o Município de maior população do Estado de São Paulo e do Brasil com 11,9 milhões de habitantes (IBGE, 2014). A Cidade de São Paulo realizará 31 Conferências Regionais com aproximadamente 9.000 (nove mil) participantes, sendo que a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo agregará as representações Regionais com o número estimado de 1500 Delegados Municipais. Na IX Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo a Capital teve 112 vagas para a Conferência de 2015 foram deliberadas 10 vagas, o que representa redução de 91,1 %. Em levantamento percentual em relação às vagas da Capital as vagas deliberadas para os Delegados Natos do CONSEAS/SP (48) são 380% maiores que as vagas da Capital; as vagas dos Diretores de DRADS (26) são 160% maiores que as vagas da Capital; as vagas dos Representantes do CMAS/CONSEAS - Grupo de Apoio (17) são 70% maiores que as vagas da capital; as vagas dos Convidados da SEDS (16) são 60% maiores que as vagas da Capital. Justificamos nossa indicação frente ao número de vagas deliberada pelo CONSEAS para 2015 por verificar a decorrente desmobilização e exclusão que esta ação causa		Aprovada com 54 assinaturas

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

aos avanços do SUAS, ao Controle Social e à Participação Democrática deste país.

Moção 12 - de Repúdio

Manifesto: Nossos atendidos estão cansados de serem tratados como “usuários” dos serviços da assistência social. Pelo fim da utilização desta nomenclatura como ação de respeito e dignidade aos cidadãos/municípios/atendidos de nossos serviços.

28 assinaturas

As moções originais, devidamente assinadas, podem ser conferidas no **Anexo 15.**

5.2 Prioridades Dimensões

Após a leitura e aprovação das moções, teve início a leitura para aprovação das diretrizes discutidas e definidas pelas 5 (cinco) dimensões durante os trabalhos em grupo:

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Aprovação em Plenária - Diretrizes Dimensões				
	<u>Municipal 1</u>	<u>Municipal 2</u>	<u>Estadual</u>	<u>Federal</u>
Dimensão 1	<p>Fazer valer a meta 7 de aprimoramento que visa ampliar a cobertura da proteção social básica, aumento o número de CRAS, com a proporção de 1 CRAS para cada 5.000 famílias, com o RH previsto pelas diretrizes do MDS.</p> <p><u>Proposta de alteração aprovada.</u></p> <p><u>Texto aprovado:</u> Fazer valer a meta 7 do pacto de aprimoramento do SUAS que visa ampliar a cobertura da proteção social básica, aumento o número de CRAS, com a proporção de 1 CRAS para cada 5.000 famílias, com o RH previsto pelas diretrizes do MDS.</p>	<p><u>Aprovada com destaque:</u> Ampliação da rede de serviços socio-assistenciais considerando diagnósticos territoriais que apontem as necessidades da população estabelecendo parcerias entre secretarias.</p>	<p>Fiscalizar as implantações dos equipamentos públicos / estaduais, conforme legislação vigente e o repasse de recursos para programas de transferência de renda federal.</p> <p><u>Proposta de alteração aprovada.</u></p> <p><u>Texto aprovado:</u> Fiscalizar as implantações dos equipamentos públicos / estaduais dos municípios, conforme legislação vigente e o repasse de recursos para programas de transferência de renda estadual.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Promover um sistema de informação integrado entre os serviços socio-assistenciais diretos e indiretos possibilitando o monitoramento das famílias referenciadas.</p>
Dimensão 2	<p><u>Aprovada após esclarecimentos:</u> Fortalecer o COMAS, com a participação efetiva da sociedade nas eleições onde a presidência seja somente pela sociedade civil, por meio de eleições descentralizadas garantindo a transparência e representatividade da sociedade por meio da criação e fortalecimento dos conselhos e fóruns regionais.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Responsabilidade do poder público do município em divulgar os direitos do cidadão de forma clara e lúdica se utilizando de várias linguagens (teatro dança e música entre outras)</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Criar um sistema que funcione como observatório de direitos violados. Por meio de um núcleo para escuta de violações de direitos cometidos pela violência institucional, que tenha legitimidade para ajuizar medidas de reparação de danos e proteção a vítima.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Definir planos de metas do governo em consonância com as deliberações das conferências de assistência social.</p>

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

<p>Dimensão 3</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantia da participação dos trabalhadores (SUAS) a nível municipal nas elaborações da Política Pública da Assistência Social.</p>	<p>Participação dos trabalhadores (SUAS) a nível municipal nas elaborações da Política Pública da Assistência Social. <u>Proposta de alteração no texto</u> <u>Texto aprovado:</u> Maior participação do poder público na execução direta dos serviços e ampliação da rede socioassistencial</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantia de orçamento mínimo de 5% para a Assistência Social</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Necessidade de tornar a Assistência Social mais próxima e clara para a população promovendo a divulgação dos serviços existentes na comunidade bem como um esclarecimento referente ao SAS por meio da construção de um plano de comunicação.</p>
<p>Dimensão 4</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Valorizar todos os trabalhadores do SUAS, sociedade civil e poder público, a fim de promover condições dignas salariais e formação continuada conforme NOB/RH.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantir o planejamento em conjunto aos serviços e o poder público local/regional, tendo em vista as especificidades de cada região e serviço na divulgação e oferta de formação dos trabalhadores do SUAS.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Efetivar o repasse de recursos para garantir a qualificação dos trabalhadores e consequentemente a qualidade dos serviços e dos trabalhadores do SUAS.</p>	<p><u>Texto Aprovado:</u> Garantir a qualificação do trabalho por meio da reformulação da tipificação nacional para garantia prioritária do quadro de RH, respeitando a multidisciplinidade das equipes, formação e qualificação contínua aos profissionais e estrutura dos serviços, levando em consideração o número populacional de cada município.</p>

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

<p>Dimensão 5</p>	<p>Garantir transporte aos usuários dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal. <u>Proposta de alteração no texto:</u> <u>Texto aprovado:</u></p> <p>Garantia de recursos destinados para o transporte dos usuários dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantia da oferta de serviços e equipamentos socioassistenciais , possibilitando parcerias com outros equipamentos e desburocratizand o as exigências fundiárias para novas instalações, de curto a médio prazo.</p>	<p><i>Dotar o orçamento de no mínimo 7% do Estado para a política de Assistência Social, repassada aos municípios de acordo com o número de habitantes e o fim das emendas parlamentares como preconiza o SUAS.</i> <u>Proposta de alteração no texto:</u> <u>Texto aprovado:</u> Garantir o orçamento de no mínimo 7% do Estado para a política de Assistência Social, repassada aos municípios de acordo com o número de habitantes e o fim das emendas parlamentares como preconiza o SUAS.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantia de no mínimo 5% de verba federal para o fundo de Assistência e Desenvolvimento Social.</p>
------------------------------	--	---	---	---

5.2.1 Instrumental preenchido com diretrizes aprovadas

**ANEXO II - Instrumental 1 – Orientação CNAS 5/2015 -
Avaliação do SUAS: reflexões e debates a partir das cinco
dimensões do tema da conferência**

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.	Fazer valer a meta 7 do pacto de aprimoramento do SUAS que visa ampliar a cobertura da proteção social básica, aumento o número de CRAS, com a proporção de 1 CRAS para cada 5.000 famílias, com o RH previsto pelas diretrizes do MDS.	Estado: Fiscalizar as implantações dos equipamentos públicos / estatais dos municípios, conforme legislação vigente e o repasse de recursos para programas de transferência de renda estadual.
	Ampliação da rede de serviços socioassistenciais considerando diagnósticos territoriais que apontem as necessidades da população estabelecendo parcerias entre secretarias.	União: Promover um sistema de informação integrado entre os serviços socioassistenciais diretos e indiretos possibilitando o monitoramento das famílias referenciadas.
Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS	Fortalecer o COMAS, com a participação efetiva da sociedade nas eleições onde a presidência seja somente pela sociedade civil, por meio de eleições descentralizadas garantindo a transparência e representatividade da sociedade por meio da criação e fortalecimento dos conselhos e fóruns regionais.	Estado: Criar um sistema que funcione como observatório de direitos violados. Por meio de um núcleo para escuta de violações de direitos cometidos pela violência institucional, que tenha legitimidade para ajuizar medidas de reparação de danos e proteção a vítima.
	Responsabilidade do poder público do município em divulgar os direitos do cidadão de forma clara e lúdica se utilizando de várias linguagens (teatro dança e música entre outras).	União: Definir planos de metas do governo em consonância com as deliberações das conferências de assistência social.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo	Garantia da participação dos trabalhadores (SUAS) a nível municipal nas elaborações da Política Pública da Assistência Social.	Estado: Garantia de orçamento mínimo de 5% para a Assistência Social
	Maior participação do poder público na execução direta dos serviços e ampliação da rede sócio-assistencial.	União: Necessidade de tornar a Assistência Social mais próxima e clara para a população promovendo a divulgação dos serviços existentes na comunidade bem como um esclarecimento referente ao SAS por meio da construção de um plano de comunicação.
Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto federativo	Valorizar todos os trabalhadores do SUAS, sociedade civil e poder público, a fim de promover condições dignas salariais e formação continuada conforme NOB/RH.	Estado: Efetivar o repasse de recursos para garantir a qualificação dos trabalhadores e consequentemente a qualidade dos serviços e dos trabalhadores do SUAS
	Garantir o planejamento em conjunto aos serviços e o poder público local/regional, tendo em vista as especificidades de cada região e serviço na divulgação e oferta de formação dos trabalhadores do SUAS.	União: Garantir a qualificação do trabalho por meio da reformulação da tipificação nacional para garantia prioritária do quadro de RH, respeitando a multidisciplinariedade das equipes, formação e qualificação contínua aos profissionais e estrutura dos serviços, levando em consideração o número populacional de cada município.
Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo	Garantia de recursos destinados para o transporte dos usuários dos serviços socioassistenciais no âmbito municipal.	Estado: Garantir o orçamento de no mínimo 7% do Estado para a política de Assistência Social, repassada aos municípios de acordo com o número de habitantes e o fim das emendas parlamentares como preconiza o SUAS.
	Garantia da oferta de serviços e equipamentos socioassistenciais, possibilitando parcerias com outros equipamentos e desburocratizando as exigências fundiárias para novas instalações, em curto a médio prazo.	União: Garantia de no mínimo 5% de verba federal para o fundo de Assistência e Desenvolvimento Social.

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

5.3 Eleição de delegados e candidatos a delegados

Conforme dispõe o **capítulo V, art. 17, § IV, alíneas a), b) e c) da RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015**, que estabelece a proporcionalidade de: 01 (um) delegado titular eleito para cada 05 (cinco) participantes Conferência Regional, 01 (um) delegado suplente eleito para cada 10 (dez) participantes e até no máximo 10 (dez) observadores por Conferência Regional para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo; de acordo com a **RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015, no capítulo V, no art. 12, §II**, que dispõe sobre o critério de representação de 1/3 (um terço), para cada um dos segmentos de Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadoras de serviços de Assistência Social.

Também, conforme dispõe o **capítulo V, art. 18 da RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015**, que estabelece a eleição de candidatos a delegados para a participação na X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo em cada uma das 31 (trinta e uma) Conferências Regionais, dentre os Delegados Municipais eleitos para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, com a proporcionalidade: 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento de entidades, 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento de Trabalhadores do SUAS (CLT) ou Organização de Trabalhadores, 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento Usuários ou Organização de Usuários, 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento da Gestão do SUAS; 01 (um) candidato a delegado estadual de Trabalhadores do SUAS (Servidor), tendo cada candidato a Delegado Estadual, o seu respectivo suplente eleito por ordem decrescente de votação.

A lista final de delegados e candidatos a delegados eleitos está informada abaixo. As fichas originais e completas de todos os candidatos inscritos para as eleições de delegados na Conferência Regional de M'Boi Mirim podem ser conferidas no **Anexo 6**.

<u>Sociedade Civil - USUÁRIO</u>
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal
Adelina Silva
Ana Maria Araújo dos Santos
Claudia Monica dos Santos
Edilaine Oliveira Nogueira
Haudria Januario Bernardino
Lucimara Marina Mateus
Maria Conceição de Oliveira
Silvana Margarida Rissiati de Souza
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve delegados eleitos a Suplentes nesta Conferência.
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Estadual
Haudria Januario Bernardino
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Estadual
Lucimara Marina Mateus
<u>Sociedade Civil – TRABALHADORES DO SUAS (CLT)</u>
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal
Adélia L. Rodrigues Ferreira
Ana Paula Araujo Mota
Bruno Ricardo Loureiro
Carlos Alberto de Souza Junior
Celso Ricardo Costa dos Santos
Cleide de Oliveira Gonçalves Ferreira
Daniela Ismale Silva Santos
Denise Souza Rosa Bezerra
Jamira Tâmela da Silva Luiz

Conferência Regional de M' BOI MIRIM

ErasmO Francisco Ferreira dos Santos
Erika Teixeira de Souza
Eunice Fernandes Nascimento
Fernanda Aparecida M. Santos
Geilza Lima do Nascimento Silva
Janaina Aparecida Dias
Jessica Ribeiro da Cruz
Kelly Cristina Bastos Correa Cardoso
Kelly da Silva Roza
Leila Baeta Dias
Luiz Donizette Pinho Araujo
Marina Silva de Jesus
Paula Zartin Lotufo
Suzimeire Braga Prado Rosa
Vera Lucia Cezaro
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal
Daniela Meira Carbone
Jeane Santana de Amarin
Jesse Matos de Oliveira
Marisa Regina Ferreira de Silva
Rubens Silva Lino
Ruth Barbosa Lima
Samara Vitoria da Cruz
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Estadual
ErasmO Francisco Ferreira dos Santos
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Estadual
Eunice Fernandes Nascimento

Sociedade Civil - ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO SOCIAL
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal
Edson Luís dos Santos
Israel Rosa
João Carlos Ferreira da Silva
Joselito Alves dos Santos
Marina Nunes Hohne
Marina Risomar de Almeida
Regina Conceição da Paixão Gomes
Xisto Antonio Barbosa
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve delegados eleitos a Suplentes nesta Conferência.
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Estadual
Regina Conceição da Paixão Gomes
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Estadual
Edson Luís dos Santos
<u>Poder Público - GESTÃO SUAS</u>
Delegados Titulares Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal
Cássia Aparecida Travensolo
Eliana Maria Ribeiro Garrafa
Rafael da Cunha Cara Lopes
Delegados Suplentes Municipal Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve delegados eleitos a Delegados Suplentes nesta Conferência.
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Estadual
Cássia Aparecida Travensolo
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Estadual
Eliana Maria Ribeiro Garrafa

<u>Poder Público - TRABALHADORES (SERVIDOR)</u>
Delegados Titulares Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal
Alessandra Rosalino Martins
Anderson de Azevedo Barbosa
Ariene Oliveira Lopes
Claudia dos Santos Ribeiro
Edna Maria da Silva Orilhana
Maria José Mota de Borba
Veronica Andrade da Gama
Delegados Suplentes Municipal Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve delegados eleitos a Delegados Suplentes nesta Conferência.
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual
Maria José Mota de Borba
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual
Anderson de Azevedo Barbosa

17h45 - Após a aclamação dos delegados, a plenária foi encerrada.

6. Avaliações da Conferência Regional de M'Boi Mirim

Após a plenária final, os participantes encaminharam à Empresa Contratada a ficha de avaliação, contendo opiniões, críticas e sugestões, configurando um balanço da Conferência Regional de Assistência Social de Rosa da China Sapopemba, em diversos aspectos como Mobilização, Local e Infraestrutura (A Ficha Técnica da Vistoria e as Fichas de Avaliação preenchidas podem ser conferidas nos **Anexo 7 e 8**, respectivamente), Acessibilidade, Programação e Participação, conforme relatado em quadro e gráfico abaixo:

Avaliações	Ótimo	Muito bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não respondeu	Total
Divulgação-Mobilização	62	82	48	9	0	8	209
Local e infraestrutura	69	118	18	1	0	3	209
Acessibilidade	70	106	27	1	2	3	209
Programação	59	104	39	4	1	2	209
Participação	60	104	35	2	0	8	209

